ANAIS DO I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENSINO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ

I CONIEN 2017

ÁREA:

Ensino/Ciências Sociais

Cornélio Procópio, Paraná, Brasil

O USO DE JOGOS ELETRÔNICOS EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Aparecida Cristina Laureano Flor da Rosa[1]

Carlos Cesar Garcia Freitas[2]

Resumo

Este artigo teve como objetivo realizar uma investigação referente ao tema "Educação Financeira e a utilização de Jogos Eletrônicos Educacionais no processo de ensino e aprendizagem". Foram mapeadas as publicações compreendidas no período de 10 anos (2006-2016) disponibilizadas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como as produções de algumas das principais revistas listadas na plataforma Sucupira/CAPES e classificadas na Q*ualis* A1, A2 e B1, área de Ensino e Administração. Como metodologia utilizou-se a revisão sistemática de literatura. Os resultados obtidos na investigação apresentaram um panorama de publicação com a temática "educação financeira". A partir dessa investigação, ficou evidente o baixo número de publicações sobre o tema. Portanto, há campo para aprofundamento de estudos futuros.

Palavras-chave: Educação Financeira. Jogos Eletrônicos Educacionais. Gamificacion.

Introdução

A produção científica de uma determinada área do conhecimento abrange discussões e orientações epistemológicas diversas, nas quais estão presentes diversos atores como pesquisadores, universidades, centros de pesquisa e demais produtores do conhecimento científico. Nesse sentido, ao se desenvolver uma análise longitudinal da produção de conhecimento em determinado campo, várias correntes teóricas veem à tona, algumas complementares outras dicotômicas (SARAIVA; CARRIERI,

[1] Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). crisflordarosa@uenp.edu.br.
[2]Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). cesarfreitas@uenp.edu.br.

2009). Assim, torna-se essencial conhecê-las para o aprofundamento dos debates, assim como a continuidade do desenvolvimento científico da área.

Diante do exposto, este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que visou analisar os trabalhos publicados sobre o tema "Educação Financeira" nos últimos 10 anos, nos principais periódicos de Ensino e Administração e no banco de tese e dissertação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Segundo Marshall (1967), a cidadania é uma articulação dos direitos e deveres civis, políticos e sociais. Dessa forma, a cidadania envolve principalmente liberdade, igualdade, propriedade, participação política, educação, saúde, moradia, trabalho. O pleno exercício da cidadania é um sinal de emancipação do indivíduo, que usufrui da condição de independência. Contudo, tal condição implica a capacidade de autossuficiência financeira deste diante do seu contexto. Ressalta-se que a autonomia financeira é uma condição que deve ser conquistada pelo indivíduo e compreende um processo histórico pessoal de administração de seus ganhos e desembolsos, ou seja, a capacidade de gerir o recurso financeiro. Neste intuito, evidencia-se a educação financeira.

No que se refere à educação, Paulo Freire (1991, p. 84) afirma que "a transformação da educação não pode antecipar-se a transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação". Portanto para que haja transformação da sociedade, tornando-se mais justa e economicamente equilibrada, é fundamental o desenvolvimento de atividades que se traduzam em educação financeira. Dessa forma, justifica-se este estudo no intuito de viabilizar o estreitamento entre o ensino da educação financeira e o desenvolvimento social.

Educação Financeira

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2004), educação financeira é o processo mediante o qual as pessoas e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que com a informação, a formação e a orientação possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos. Então, mediante as informações, saberão escolher, saber onde procurar ajuda e, assim, serão formadas pessoas e sociedades mais conscientes, responsáveis e comprometidas com o futuro.

O Plano Diretor da Estratégia Nacional da Educação Financeira – ENEF (2016, p.8) afirma que "a educação financeira sempre foi importante para auxiliar as pessoas a planejar e gerir sua renda, poupar, investir e garantir uma vida financeira tranquila".

Em decorrência das mudanças políticas, econômicas e demográficas, e do desenvolvimento dos mercados financeiros e da inclusão bancária, as pessoas e a sociedade têm acesso a uma gama de produtos financeiros, aumentando suas opções. Logo, a educação financeira é uma ferramenta que auxilia a conscientização dos indivíduos e da sociedade para a importância de um planejamento financeiro, com o intuito de desenvolverem uma relação equilibrada com o dinheiro e adotarem decisões sobre finanças e consumo consciente.

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), o percentual de famílias que relataram ter dívidas em relação a cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro alcançou 57,7% em julho de 2016 (BRASIL, 2016).

A educação financeira é fundamental para que exista uma ação consciente e constante. Dessa maneira, os indivíduos sairão de uma posição passiva passando a ter papel ativo, tomando decisões conscientes.

Nesta perspectiva, os jogos educacionais podem oferecer uma potencialidade metodológica bastante significativa que contribuirá para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente (CONEF, 2013).

Jogos Educacionais

O jogo é uma ocupação ou atividade, "exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias", cercado de emoções de alegria, de tensão e de uma consciência de ser diferente da vida diária (HUIZINGA, 1971, p. 33).

A utilização de jogos educacionais tem por objetivo uma interação dinâmica, envolvendo aluno/jogador com o conteúdo, podendo explorar estratégias de aprendizagem e de resolução de problemas complexos. Os jogos completam o indivíduo no seu saber, nos seus conhecimentos, na sua apreensão do mundo (FLEMMING; COLLAÇO DE MELLO, 2003, p. 25).

As mudanças ocorridas nos últimos tempos obrigam a que se pensar em novos métodos de ensino. Diante do novo cenário, os jogos educacionais apresentam-se como ferramenta apropriada ao processo de ensino e aprendizagem, podendo ser utilizada para testar ou verificar a aprendizagem do conteúdo, tanto para o aluno como para o professor. No seu desenvolvimento, o professor poderá detectar as dúvidas, fazendo assim os esclarecimentos necessários para reforçar a aprendizagem (STRAPASON, BISOGNIN, 2013).

Neste contexto, os jogos vêm sendo cada vez mais utilizados como ferramenta no processo de aprendizagem pelo professor, sendo uma ferramenta disponível em suas aulas, tornando-as mais dinâmicas e atrativas. Além disso, este tipo de ferramenta estimula o raciocínio, guiando o aluno para o enfrentamento de situações conflitantes do seu dia a dia (TAJRA, 1998).

A aprendizagem baseada em jogos está de acordo com as necessidades e os estilos de aprendizagem da geração atual e das futuras gerações. É motivadora, divertida e versátil, capaz de ser adaptada a quase todas as disciplinas, informações ou habilidades (PRENSKY, 2012). O seu uso faz com que o individuo busque aprender, estabeleça as conexões e coloque em prática o que aprendeu no decorrer do jogo, o que torna o processo mais interativo (VALENTE 1993).

Diante disso, Skinner (1972) afirma que no processo de aprendizagem dos alunos, o professor é um dos elementos principais, ficando ele responsável por montar um ambiente que estimule e propicie ao aluno compreender e executar os comportamentos que se pretende ensinar. Essa ideia se torna ainda mais explícita quando o autor diz que “ensinar é o ato de facilitar a aprendizagem; quem é ensinado aprende mais rapidamente do que quem não é” (SKINNER, 1972, p. 4).

A função do jogo no processo socioeducativo consiste, portanto, em potencializar a construção dessas estratégias, a fim de que o aluno possa compreender melhor o mundo que o rodeia, por meio da própria experimentação. A utilização do jogo, de maneira consciente e compromissada, contribui com o ensino e aprendizagem.

Procedimentos Metodológicos

A seguir é apresentado o delineamento metodológico utilizado na elaboração deste estudo. A Revisão Sistemática de Literatura foi realizada no Banco de Teses e Dissertações e nos Periódicos CAPES *Qualis* A1, A2 e B1, na área de Ensino e Administração.

Revisão sistemática, assim como outros tipos de estudos de revisão, é um tipo de investigação cientifica que utiliza como fonte de dados à literatura sobre determinado tema. É um meio de identificar, reunir, avaliar e interpretar trabalhos disponíveis relevantes para uma questão de pesquisa específica, bem como sintetizar os resultados de diversos estudos primários. Utilizam-se métodos sistemáticos e explícitos para recuperar, selecionar e avaliar os resultados de estudos relevantes. Reúnem-se e sistematizam-se os dados dos estudos primários (unidades de análise), auxiliando na orientação para investigações futuras (SAMPAIO; MANCINI, 2006).

A revisão sistemática tem um foco mais direcionado aos documentos de pesquisa, que foram selecionados segundo critérios específicos e têm um foco mais estreito em um aspecto de um tema em geral. O método de busca, ou seja, a escolha dos bancos de dados, dos critérios, dos períodos de publicação, entre outros, é especificado para tornar a revisão sistemática, replicável e passível de ser avaliada em si. (FLICK, 2013).

Essa é a fase de reconhecimento do assunto pertinente ao tema em estudo, sendo analisado o banco de dados da CAPES. O primeiro passo foi à procura de volumes onde se encontram as relações das obras. O segundo passo, tendo em mãos o livro ou periódico, foi o levantamento, pelo Sumário ou Índice, dos assuntos nele abordados. Outra fonte de informações refere-se aos *abstracts* contidos em

algumas obras que, além de oferecerem elementos para identificar o trabalho, apresentam um resumo analítico do mesmo (LAKATOS; MARCONI, 2003).

A primeira fase desta pesquisa foi realizada por meio do processo de busca manual, dos últimos 10 anos (2006-2016) no *site* do Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Foram encontrados em uma primeira busca 168.597 títulos, em uma segunda etapa com o refinamento da pesquisa resultou assim em 108 registros, em uma nova análise buscando especificar os conteúdos relevantes ao tema a partir da leitura dos resumos, foram selecionados 15 trabalhos que tratavam do termo educação financeira que apresentavam alguma relação com jogos educacionais, gamificação e mídias digitais, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Tese e Dissertações CAPES (2006-2016)

Titulo	Autor	Tipo	Palavra Chave	Programa	Ano
Educação financeira escolar: orçamento familiar	GRAVINA, Raquel Carvalho.	Dissertação	Educação Matemática. Produção de Significados. Orçamento Doméstico. Educação Financeira. Ensino Fundamental	Mestrado Profissional em Educação Matemática	2014
Educação financeira on-line	SANTOS, Daniel Barbosa dos.	Dissertação	Finanças, Educação financeira, Tecnologia, Mídias digitais	Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital	2014
Uma abordagem sobre matemática financeira e educação financeira no ensino médio	PIETRAS, Gelson.	Dissertação	Matemática Financeira, Educação Financeira, Consumismo	Mestrado Profissional Matemática em Rede Nacional Instituição de Ensino	2014
Objetos de aprendizagem como recurso educacional digital para educação financeira escolar: análise e avaliação	BARBOSA Gisele.	Dissertação	Educação Matemática. Objeto de aprendizagem. Recurso educacional. Educação Financeira Escolar.	Mestrado Profissional Educação Matemática Instituição de Ensino	2014
Educação financeira: uma perspectiva da disciplina Matemática no ensino médio pela resolução de problemas	CUNHA, Clistenes Lopes da.	Dissertação	Educação Financeira, Ensino Médio, Resolução de Problemas.	Mestrado Profissional em Ensino	2014
Escolhas individuais e bem-estar financeiro: três ensaios utilizando microdados	SANTOS, Danilo Braun.	Tese	Crédito informal; educação financeira; cartão de crédito; bem-	Doutorado Em Administração de Empresas	2016

			estar financeiro; Bolsa Família; emprego; análise de sobrevivência		
Como ocorre a educação financeira no Brasil: a percepção de gestores de empresas privadas no Brasil	SANTANA Marcus Vinicius Sousa.	Dissertação	Educação financeira, Controle Financeiro, Instituição Bancária, Conscientização Financeira.	Mestrado Profissional em Administração	2014
Educação financeira no ensino superior: estudo com alunos dos cursos de direito e administração da UEMG Frutal	SILVA, Monica Queiroz da.	Dissertação	Educação financeira. Ensino superior. UEMG - Frutal.	Mestrado em Educação	2015
A educação financeira na educação de jovens e adultos: uma leitura da produção de significados financeiro-econômicos de dois indivíduos-consumidores'	RESENDE Amanda Fabri de.	Dissertação	Educação de Jovens e Adultos. Consumo. Gênero. Produção de Significados.	Mestrado Profissional em Educação Matemática	2013
Educação matemática financeira por meio de sequências didáticas: duas aplicações cotidianas	AMORIM, Michelle Ribeiro.	Dissertação	Educação Financeira. Ensino Médio. Sequência Didática. Matemática crítica.	Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática	2014
A abordagem da educação financeira nas escolas: uma proposta didática para educação de jovens e adultos nos anos finais do ensino fundamental	LAPORT, Vanessa de Albuquer-que.	Dissertação	Educação Financeira, Educação de Jovens e Adultos, Educação Matemática e Sequência de Atividades.	Mestrado Profissional em Ensino das Ciências Instituição de Ensino	2015
Matemática financeira no ensino médio: um jogo para simulação	JOVER, Renato Rivero.	Dissertação	Jogo para Educação Financeira; Metodologia Dinâmica; Aprendizagem Lúdica; Simulação	Mestrado Profissional em Ensino de Matemática	2014
Finanças pessoais e qualidade de vida no trabalho dos servidores: um estudo aplicado a uma instituição federal de ensino	OLIVEIRA Giovani Costa de.	Dissertação	Finanças comportamentais. Planejamento financeiro. Educação financeira. Bem-estar no trabalho.	Mestrado Profissional em Gestão Pública	2015
Nível de conhecimento financeiro dos jovens da geração Y estudantes de um centro universitário na zona sul de São Paulo	JUNIOR, Derson Da Silva Lopes.	Dissertação	Conhecimento Financeiro. Educação Financeira. Geração Y.	Mestrado Profissional em Administração	2014
Educação financeira em cooperativa de crédito: variáveis comportamentais na propensão de endividamento de seus cooperados	ROCHA, Alex Lima.	Dissertação	Cooperativa; Distúrbios financeiros; Endividamento pessoal; Perfil de endividamento	Mestrado em Administração	2015

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

A segunda fase da pesquisa foi direcionada aos *sites* das seguintes revistas/periódicos dos últimos 10 anos, como resultado das buscas empreendidas foram localizados 2.263 artigos, entretanto, em uma análise mais apurada quanto ao teor dos trabalhos, foram selecionados 16 trabalhos como

sendo pertinentes a 'educação financeira' que apresentavam alguma relação com jogos educacionais, gamificação e mídias digitais, conforme o quadro 2.

Quadro 02 – Quadro final dos levantamentos dos Periódicos

Revista/Periódico	Qualis	ISSN	Período do levantamento	Total de artigos pesquisados	Total de artigos selecionados (por revista) para a Dissertação
História da Educação	A1	2236-3459	2005-2015	265	01
Bolema. Boletim de Educação Matemática	A1	0103-636X	2005-2015	429	01
Educação e Realidade	A2	2175-6236	2005-2015	292	02
Cadernos de Pesquisa	A2	2178-2229	2005-2015	258	01
Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia	B1	1982-873X	2005-2015	212	04
RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação	B1	1806-8405	2005-2015	254	01
Revista Contabilidade & Finanças	A2	1808-057X	2006-2016	215	02
RAE - Revista de Administração de Empresas	B1	2178-938X	2006-2016	338	04
Total geral de artigos pesquisados e selecionados				2263	16

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

A pesquisa foi realizada no período de 15 a 22 de julho de 2016. Neste trabalho utilizou-se o critério de selecionar artigos escritos somente na Língua Portuguesa, publicados nos últimos 10 anos.

A partir da análise do material selecionado, ficou evidente a preocupação com o ensino de educação financeira para qualquer classe social e faixa etária da sociedade, pois se percebe que a preocupação com a educação financeira ocorre desde o ensino fundamental até o ensino superior, e nas diversas classes sociais, levando-se em conta a recomendação da OCDE (2004), que a educação financeira comece o mais cedo possível.

Numa síntese das temáticas dos trabalhos selecionados, pode-se observar que a maioria dos trabalhos teve por objetivo a elaboração de um Produto Educacional que abordasse situações financeiro-econômicas e que pudessem compor um material de apoio ao ensino da educação financeira, procurando buscar a promoção de debates e reflexões sobre as questões relativas à cidadania, tecnologia e situações financeiras.

Observou-se em alguns trabalhos pesquisados que o processo de alfabetização financeira no Brasil ainda é incipiente por parte das entidades públicas e privadas, o que leva o indivíduo a tomar decisões financeiras equivocadas. Em um dos trabalhos analisados verificou-se que a contratação de crédito em mercados informais é motivado pelo déficit de educação financeira.

E por fim, a educação financeira contribui para a formação de cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões embasadas no conhecimento financeiro e nas demandas com que lidam no dia-a-dia, para que possam ter uma vida digna e menos dependente dos humores do mercado e dos estímulos consumistas da sociedade capitalista. Deve haver preocupação por parte das instituições de ensino em propor a realização de cursos, preferencialmente gratuitos, de educação financeira, podendo contemplar a modalidade *online* para atingir um maior número de pessoas.

Considerações Finais

Este estudo apresentou uma revisão sistemática sobre as publicações nacionais relacionadas à temática “educação financeira” nos últimos 10 anos. Foram analisados através do processo de busca manual, composto por duas fases, primeira no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e a segunda nos Periódicos CAPES *Qualis* A1, A2 e B1, na área de Ensino e Administração, a fim de identificar

publicações no tema educação financeira que apresentavam alguma relação com jogos eletrônicos educacionais.

Os resultados obtidos na investigação apresentaram um panorama de poucas publicações que tentam estabelecer o diálogo entre educação financeira e jogos educacionais eletrônicos. A partir dessa investigação, ficou evidente a necessidade de trazer esta temática para o campo de estudo, podendo esta ser aprofundada em estudos futuros.

Referências

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. ENEF. Decreto 7.397 de 22 dez. de 2010. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ Ato2007 -2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: 20 de set. 2016.

BRASIL. **PEIC, Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Disponível em: http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_julho_2016.pdf >. Acesso em: 14 ago. 2016.

FLEMMING, Diva Marilia; COLLAÇO DE MELLO, Ana Claudia. **Criatividade Jogos Didáticos.** São José: Saint-Germain, 2003.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Penso Editora. Porto Alegre, RS, Editora, 2013.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

HUIZINGA, J. **Homo ludens: O jogo como elemento da cultura.** São Paulo: Perspectiva, 1971.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANCINI, Marisa Cotta and SAMPAIO, Rosana Ferreira. **Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão**. *Rev. bras. fisioter.* [online]. 2006, vol.10, n.4. ISSN 1413-3555. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-35552006000400001.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MIRANDA, S. **No fascínio do jogo, a alegria de aprender**. Ciência Hoje, v.28, p. 64-66, jan./fev. 2001.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Assessoria de Comunicação Social. OECD's Financial Education Project. OCDE, 2004. Disponível em: < http://www.oecd.org/ > Acesso em: mar. 2016.

PRENSKY, Mark. **Aprendizagem baseada em jogos digitais**. São Paulo: Senac, 2012.

SARAIVA, E. V.; CARRIERI, A. P. **Citações e não citações na produção acadêmica de Estratégia no Brasil: uma reflexão crítica**. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, v. 44, n. 2, p. 158-166, 2009.

SKINNER, Burrrhus Frederic. **Tecnologia do ensino.** Traduzido por Rodolpho Azzi. São Paulo: Herder, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

STRAPASON, Lísie Pippi Reis. BISOGNIN, Eleni. **Jogos pedagógicos para o ensino de funções no primeiro ano do Ensino Médio.** *Bolema* [online]. 2013, vol.27, n.46, pp.579-595. ISSN 0103-636X.

TAJRA, Sammya Feitosa. **Informática na Educação-Professor na Atualidade**. São Paulo: Érica. 1998.

VALENTE, José Armando. **Diferentes usos do computador na educação**. 1993. Disponível em: http: //upf.tche.br/~carolina/pos/valente.html. Acesso em 10 maio 2014.

O ENSINO DA CIÊNCIA JURÍDICA COMPREENDIDO A PARTIR DA PESQUISA CIENTÍFICA: SUA RELEVÃNCIA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Danieli A. C. Leite Faquim[1]

RESUMO

O ato de pesquisar alimenta um olhar científico diante da realidade vivida que está dotado de uma perspectiva de análise crítica, criativa, curiosa e reflexiva. O desenvolvimento de pesquisas científicas propicia ultrapassar as fronteiras do conhecimento em diversas áreas da ciência, como oportunidade de transformação social positiva, inclusiva e integradora. No entanto, no campo da ciência jurídica, ainda impera o positivismo científico, revelando uma formação precária de professores-pesquisadores, que consequentemente, reflete na formação profissional dos egressos do curso de Direito e também no progresso da sociedade. Objetivou-se verificar neste estudo as dificuldades encontradas no desenvolvimento de pesquisas científicas com a abordagem de pontos comuns à ciência jurídica enquanto pesquisa de cunho científico, demonstrar a perspectiva da pesquisa científica na área jurídica e sua relevância social, assim como, a repercussão da inclusão da pesquisa na formação dos formadores dos estudantes da graduação em Direito. Especificamente quanto à ciência jurídica, que adentra no papel das universidades na formação do profissional pesquisador e da forma como ocorre o ensino jurídico no país, como aporte crítico na consolidação de acadêmicos com potencial crítico-reflexivo. Os resultados demonstram a carência de pesquisa científica na área jurídica, o que compromete a qualidade do ensino jurídico e o retorno das pesquisas à sociedade. Utilizou-se o método dedutivo, vez que o trabalho é iniciado com argumentos gerais, voltados para considerações sobre a pesquisa científica, para se alcançar averiguações particulares pautadas na lógica das premissas empregadas e o levantamento de dados através da pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Pesquisa científica; transformação social; ensino; universidades; potencial crítico-reflexivo.

Introdução

[1] Mestranda em Ensino pelo PPGEN/UENP. Mestranda em Ciência Jurídica pelo Programa de Mestrado em Ciência Jurídica – UENP *Câmpus* Jacarezinho. Professora Universitária da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR. E-mail: danieli_leite@hotmail.com.

A pesquisa científica acompanha o ser humano como forma de aprimoramento do conhecimento já existente e da melhoria que com ele pode ser buscada, ao se mostrar necessária a realização de transformações sociais.

Logo, a justificativa e a relevância social do tema proposto calcam-se na relevância da pesquisa científica para a sociedade, no sentido de ser percebida como vertente imprescindível da formação acadêmica, no intuito de formar um profissional pesquisador crítico-reflexivo e não apenas dogmatista que, de fato, esteja atento à realidade em que vive.

Este estudo atrela a análise da pesquisa científica no Brasil de maneira ampla, assim como destina atenção peculiar à ciência jurídica. A problemática em questão está direcionada a partir do seguinte questionamento: Quais são as dificuldades inerentes da realização de pesquisas científicas na área da ciência jurídica?

Com isso, objetiva-se identificar problemas comuns à realização das pesquisas que são cabíveis de verificação na ciência jurídica também, como é o caso, por exemplo, da precariedade de recursos e investimentos, sejam públicos ou privados, a resistência que um novo conhecimento obtido pela investigação científica pode ocasionar na comunidade profissional, muitas vezes, conservadora de uma prática tradicional.

Nessa linha de pensamento o trabalho está delimitado a partir de uma sucinta noção acerca do pesquisar e de como está o Brasil na realização de pesquisas. Nos capítulos seguintes trata-se de uma visão crítica do ensino jurídico no Brasil para formação de profissionais pesquisadores e pensadores do mundo no qual estão inseridos.

Por fim, empregou-se o método dedutivo ao se iniciar o estudo com argumentação geral, com posterior direcionamento específico para ciência jurídica, trazendo averiguações particulares deduzidas da lógica das premissas constituídas e a metodologia de pesquisa empregada foi a bibliográfica.

Uma perspectiva da pesquisa científica e sua relevância social

Pesquisar, como diz Mirian Goldenberg, é uma arte. A postura científica não está limitada a uns ou a outros, é na verdade uma postura e uma arte – não restrita a regras de como pesquisar – que por todos pode ser adotada, ao passo que o método científico faz florescer "um 'novo' olhar sobre o mundo: um olhar científico, curioso, indagador e criativo" (2004, p. 11).

Na complementação da respectiva ideia, a autora também observa que "A pesquisa científica exige criatividade, disciplina, organização e modéstia, baseando-se no confronto permanente entre o possível e o impossível, entre o conhecimento e a ignorância." (GOLDENBERG, 2004, p. 13).

Para além de uma perspectiva interior do pesquisador e do papel da academia desempenhado pela universidade, como explicou Goldenberg, a pesquisa científica com o emprego do método científico, propicia um "novo olhar" e é justamente esse novo olhar que está de mãos dadas com a evolução social enquanto recuperação dos "argumentos humanistas" e "base da inovação, essencial ao desenvolvimento econômico e à geração de riqueza" (UNICAMP, 2002, p. 15).

A evolução social, por sua vez, pode ser entendida também como "o movimento de uma sociedade em direção a um ideal de vida" que é reinventado ao longo da história (CARVALHO, 2003, p. 186), a demonstrar que a pesquisa mostra-se como peça-chave no alcance de um ideal de vida recriado ou em recriação, pois que não se trata de uma idealização estática, mas em contínua mutação.

De acordo com o Fórum de Reflexão Universitária da Universidade de Campinas - UNICAMP (2002, p. 15-16), a pesquisa científica no Brasil teve evolução significativa nos últimos quarenta anos, essencialmente pela "consolidação da política de pós-graduação implantada nos anos 60 nas principais universidades brasileiras.".

Com relação ao desenvolvimento de pesquisas em universidades brasileiras, ressalta-se que

> A universidade é uma instituição relativamente jovem no Brasil. Isto é verdade não apenas para a Unicamp, que nasceu na década de 60, mas também para as mais antigas universidades, onde a capacidade de fazer ciência de forma mais disseminada e sistemática tem, salvo raras exceções, uma história de não mais que trinta anos. (UNICAMP, 2002, p. 22)

Isso demonstra que a ciência no Brasil, fomentada pela comunidade científica encontrada nas universidades, é recente se observada do aspecto temporal. Apesar de referida constatação as atividades científicas no país têm aumentado, de maneira que o Brasil responde por 2,7% da produção mundial (USP, *online*).

Mesmo que o número de produções brasileiras tenha crescido, na concepção de Osvaldo de Oliveira Junior, é preciso melhorar o impacto dos trabalhos publicados. Nesse sentido, conforme matéria via internet veiculada pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (BRASIL, *online*), em 2015 o Brasil estava entre 25 países mais bem colocados em ranking de artigos científicos.

A matéria mencionada observa que o Brasil ocupava a 23ª posição, primeira na América Latina, no ranking mundial, de acordo com a edição 2015 da Nature Index. Ainda que o relatório tenha avaliado artigos nas áreas de Química, Ciências da Vida, Terra e Ambiente e Ciências Físicas, torna-se possível ter uma noção da atividade científica de produção e publicação de artigos (BRASIL, *online*).

Quantitativamente, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), através da base de dados Web of Science, fez um levantamento de todos os artigos publicados em 2014 com participação de pesquisadores filiados a universidades brasileiras, de modo que nos 68 periódicos considerados pela Nature Index foram encontradas 1.193 publicações vinculadas a pesquisadores do Brasil (BRASIL, *online*).

Ainda que não se tragam dados específicos da pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas, pode-se entender que a pesquisa científica em tal área não cria uma tecnologia final de aprimoramento para

a vida que tenha viés econômico, ou seja, não há a elaboração de um robô, de uma máquina ou algo afim.

Logo, persistem dificuldades no desenvolvimento da ciência nesta área pelo fato de que o objeto de estudo nela contido não tende a despertar o interesse de investimentos, seja público ou privado, com dificuldades de bolsas de internacionalização, como, por exemplo, é o caso do programa Ciência sem Fronteiras, no qual as áreas contempladas não incluem cursos relacionados às ciências sociais de um modo amplo (BRASIL, *online*).

Ainda assim, no ano de 2014, segundo estatísticas apresentadas pela Plataforma Lattes, especificamente no Painel Lattes sobre a "Evolução da Formação de Mestres e Doutores no Brasil – Ano 2014", 1.182 doutores se formaram no Brasil na área de Ciências Sociais Aplicadas (BRASIL, *online*). Verifica-se que mesmo com tal expoente de formação de pesquisadores há dificuldades no desenvolvimento da pesquisa científica em Ciências Sociais Aplicadas, bem como nas demais áreas do conhecimento.

Ocorre que ainda que se enumere uma gama de problemas relacionados à pesquisa no Brasil, há dificuldades em tal seara em muitos países, inclusive, no que tange a uma série de problemáticas que podem ser trabalhadas em torno do ensino da ciência jurídica como promovente da pesquisa científica.

Pesquisa em Ciência Jurídica: uma possibilidade crítico-reflexiva e inclusiva

O Brasil carece de pesquisas científicas no campo da Ciência Jurídica e este fato já vem sendo amplamente discutido no meio acadêmico. Segue o entendimento de MASSINE e SOARES (2010, p. 57-72),

> Existem barreiras a serem dirimidas, tanto históricas, em que o ensino jurídico servia a uma função política, como as hodiernas, a mercantilização do ensino, pois, ambas imperam no cenário brasileiro que apenas atende os anseios de uma minoria detentora do poder, em derrocada a uma sociedade pobre de cidadãos crítico-reflexivos. Percebe-se que os cursos de Direito prestigiam exclusivamente o conteúdo objetivo, sem qualquer valoração do senso e análise críticos, dados estes que vão de encontro com a possibilidade crítico-reflexiva que pode ser gerada no ambiente acadêmico, uma vez que entendemos a academia como um dos mais profícuos espaços para a produção do conhecimento jurídico como ciência.

Dessa maneira, considerando que o conhecimento não é dado ou posto, mas construído, parte-se dos estudos de Gaston Bachelard (1996, p.17), em que se sugerem os seguintes questionamentos: - Como o dogmatismo do ensino jurídico pode produzir obstáculos epistemológicos para o conhecimento jurídico e sua construção, e como esses obstáculos podem influenciar a formação dos juristas?

Obstáculos epistemológicos para a pesquisa jurídica

Refletindo acerca de tais questionamentos, ressalta-se a importância da compreensão do conhecimento científico - a epistemologia, esta, pode ser entendida, sucintamente, como uma teoria do conhecimento. A epistemologia que tomamos como base é aquela desenvolvida nos estudos de Gaston Bachelard (1996) e sua teoria dos obstáculos epistemológicos para explicar a formação do espírito científico. Nessa teoria, Bachelard identifica que o progresso da ciência precisa da colocação de obstáculos para a formação do conhecimento, que seriam intrínsecos ao próprio ato de conhecer a ciência.

Barbosa (2010, p. 91) sintetiza o entendimento de Bachelard no seguinte sentido:

> "A ciência é fenomenotecnia, definida como um "racionalismo aplicado", ou seja, não podemos mais entender o produto da ciência como resultado de observações do real que se apresenta, pois, ele não contribui para a construção de nada novo. Precisamos de aparelhos e técnicas complexas e elaboradas para observarmos elementos que não estão visíveis ao olho humano, mas que têm contribuição relevante para a produção científica."

Gaston Bachelard (1996, p. 17) explicita o que são os obstáculos epistemológicos, a partir da sua necessidade para a construção do pensamento científico, principalmente porque a construção do novo requer a destruição do velho.

> Apenas com a compreensão de que a ciência só se forma com a superação de obstáculos é que podemos encontrar o verdadeiro espírito científico, portanto, é importante identificar os obstáculos para que eles não se tornem empecilhos intransponíveis para a produção do pensamento científico.

Com o propósito de se pensar cientificamente, tem-se que problematizar, formulando questões e buscando suas respostas. "Para todo o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído" (BACHELARD, 1996, p. 18).

Entre os obstáculos epistemológicos que dificultam e impedem a (re)construção de novos saberes, de novos produtos, e que emperram a pesquisa em ciência jurídica, tem-se o conhecimento geral, o risco das interpretações generalizantes, que servem como verdades intocáveis, a observação primeira, o conhecimento unitário e pragmático, a opinião e o conhecimento posto apressadamente com base na simples observação do natural. “Quanto mais claras estão postas as coisas em razão das generalizações, menos perguntas fazemos e, portanto, menos ciência produzimos” (BACHELARD, 1996, p. 70).

A atração do cientista pela generalização leva à ausência de questionamento daqueles conceitos prontos e pré-determinados como verdades científicas. Para Bachelard (1996, p. 84), "o pensamento pré-científico não limita seu objeto: mal conclui uma experiência específica, já procura generalizá-la aos mais variados domínios".

Neste viés, resta evidente a necessidade de se ampliar os horizontes da pesquisa em ciência jurídica, pois, pesquisar não se restringe apenas à quantificação de dados e ao entrelace bibliográfico, mas envolve a necessidade de libertação do pesquisador dos paradigmas convencionais ditos de pesquisa, para que o resultado realmente contribua com o pesquisador e com a sociedade, de forma a

construir um cidadão crítico-reflexivo que desenvolve pesquisas que efetivamente contribuam com o progresso da ciência.

Repercussões da inclusão da pesquisa na formação dos estudantes do curso de Direito e de seus formadores

A partir dessas transformações paradigmáticas, a norma deixa de ser analisada sob o enfoque formalista, para ser concebida como um instrumento destinado a conhecer as situações concretas, para, daí sim, promover a cidadania, a inclusão e a transformação social.

José Eduardo Faria (2002, p. 26), sugere uma reformulação do ensino jurídico brasileiro, nos seguintes moldes:

> (...) com a superação da cultura técnico-profissionalizante sustentada em rígidos limites formalistas de uma estrutura curricular excessivamente dogmática e a conseqüente introdução de um conhecimento crítico, reflexivo, multidisciplinar e sensível à função social do direito e à dinâmica da realidade social, o que influenciaria, inexoravelmente, a cultura jurídica brasileira; a forma de compreender e perceber o direito em sua pluralidade de manifestações e complexidade; a sociedade; as diferenças; as igualdades; os conflitos; os abismos sociais e os demais aspectos relacionados à vivência do homem em sociedade.

Para Loiane Prado Verbicaro (2007, p. 10),

> À luz dessas transformações paradigmáticas no ensino jurídico brasileiro, os juristas, entre eles os juízes, passam a receber uma formação capaz de compreender o papel e a importância da função social do direito, de seu caráter inclusivo e transformador do status quo. Nesse contexto, o Poder Judiciário torna-se mais apto (ou ao menos passa a ter maiores condições) a igualar, a promover, a incluir, a transformar a realidade social à luz das diretrizes constitucionalmente traçadas.

O ponto de partida para a pesquisa são reflexões que se referem à decisão ontológica do pesquisador ao pretender adquirir novos conhecimentos.

Na lição de Luiz Edson Fachin, a falta de pesquisa científica “corresponde à ausência de exploração e de investigação sistematizada, uma porta fechada ao descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade” (2000, p. 16).

Contudo, modificações para se chegar a uma conjuntura desenvolvida para a pesquisa, devem ocorrer na sala de aula, de forma que ela seja recontextualizada como lugar aberto ao diálogo, à crítica e ao questionamento, na formação discente e na prática da pesquisa.

A sala de aula é um "lugar onde o aluno aprende a ver o mundo, busca algo novo, se relaciona com pessoas, objetos e símbolos, tem acesso à cultura formal, aos conhecimentos de conteúdos necessários às atividades profissionais" (ENRICONE, 2005, p. 26).

A pesquisa possibilita uma melhor organização da prática docente, no entanto, para que seja transmitido o entusiasmo para a pesquisa, o docente também precisa adotar a postura de pesquisador, ou seja, questionador, aquela figura que questiona para descobrir e criar. No entanto, esta postura só se configura quando o docente é imerso no mundo da pesquisa.

> Por ter um enfoque problematizador de temas e atividades, a pesquisa ajuda a romper o pragmatismo do ensino jurídico e a superar a distância do Direito à realidade social, política e moral. A importância da pesquisa para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino jurídico revela-se de vários modos, sempre procurando aproximá-lo da realidade. Ainda que a prática forense possa instar para o conhecimento da aplicação concreta do Direito, seminários, visitas técnicas orientadas, entrevistas, pesquisas, aulas práticas podem propiciar uma formação mais qualificada, reconhecendo-se que somente a pesquisa não resolverá a problemática do ensino jurídico. (ENRICONE, 2007, p. 16)

A pesquisa impacta diretamente a formação docente, seja na sua formação metodológica, seja nos processos avaliativos, portanto, pesquisar é uma imposição para melhor ensinar.

A pesquisa não será apenas o resultado do trabalho docente, mas, deve ser também um fator de aprimoramento constante do educador, mantendo-o atualizado, desenvolvendo métodos de incentivo aos alunos, os quais constatando a atuação de seus docentes podem refletir sobre a insuficiência de seus conhecimentos. Dessa forma, a pesquisa propicia aos alunos a noção de que sua formação exige atualização.

A pesquisa deve funcionar como instrumento da relação ensino/aprendizagem. Ela é indissociável do ensino e esta "indissociabilidade conduzirá ao desenvolvimento constante do raciocínio jurídico e à reflexão crítica" (BALZAN, 2000, p. 115).

Na lição de Luiz Edson Fachin, a falta de pesquisa científica "corresponde à ausência de exploração e de investigação sistematizada, uma porta fechada ao descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade" (2000, p. 16).

Logo, o procedimento metodológico adequado à pesquisa propicia a excelência no ensino, de modo a formar cidadãos crítico-reflexivos, que se utilizam da pesquisa jurídica para fomentar a inclusão, para reduzir as desigualdades sociais e principalmente para formar seus conhecimentos pautados na verdade que foi anteriormente filtrada e comprovada pela pesquisa, refletindo positivamente seus conhecimentos na sociedade.

Considerações finais

Diante dos argumentos apresentados percebe-se a importância da pesquisa científica no aprimoramento do estado da arte nas diversas áreas do conhecimento. Há, também, uma responsabilidade e uma evolução social incutidas no desenvolvimento investigatório científico.

Assim, a construção do saber como poder e a necessidade de formação voltada para o desenvolvimento investigatório científico nas universidades, são pontos visualizados que podem ser tratados na perspectiva da ciência jurídica.

Ensinar de forma a despertar para a pesquisa científica e, por conseguinte, para a ciência jurídica, a fim de que o ensino do Direito não esteja estagnado no positivismo e em dogmatismos tradicionais, oportuniza uma percepção crítico-reflexiva dos acadêmicos e da própria sociedade, cujo

olhar "científico", instigador e curioso diante da realidade seja exercitado, no intuito de viabilizar mudanças sociais positivas através do conhecimento adquirido.

Referências

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BALZAN, Newton César. Indissociabilidade ensino-pesquisa como princípio metodológico. In: VEIGA, Ilma Passos A.; CASTANHO, Eugênia L. M. (Org.). **Pedagogia universitária:** aula em foco. Campinas: Papirus, 2000.

BARBOSA, Elyana. Gaston Bachelard: precursor de uma nova epistemologia. In SANT'ANNA, Catarina (org). **Para ler Gaston Bachelard***:* ciência e arte. Salvador: EDUFBA, 2010.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico***:* lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. **Brasil está entre 25 países mais bem colocados em ranking de artigos científicos**. 2015. Disponível em: <http://www.mcti.gov.br/noticia/-/asset_publisher/epbV0pr6eIS0/content/brasil-esta-entre-25-paises-mais-bem-colocados-em-ranking-de-artigos-cientificos>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. Ciência sem fronteiras. **Áreas contempladas**. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/areas-contempladas>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. PLATAFORMA LATTES. Painel Lattes. **Evolução da formação de mestres e doutores no Brasil** - *2014*. Disponível em: < http://estatico.cnpq.br/painelLattes/evolucaoformacao/>. Acesso em: 21 abr. 2017.

BRÍGIDO, Curitiba: **Revista Direito Econômico e Socioambiental**, v. 4, n. 1 p. 56-75, jan./jun. 2013.

BORDIN, Tamara Maria. O saber e o poder: a contribuição de Michel Foucault. Natal RN: **SABERES**, v. 1, n.10, nov. 2014, p. 225-235.

BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; SILVA, Tatiana Mareto. O positivismo como obstáculo epistemológico à produção do conhecimento jurídico: O Dogmatismo e suas consequências para a formação do jurista. **Anais do I Encontro Nacional do CONPEDI,** Brasília, DF. Florianópolis: CONPEDI, 2016, p.44-64. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/y0ii48h0/wz8uq8sf/6ZYWy4Fvc5yq7KXH.pdf.> . Acesso em: 20 abr. 2017.

CARVALHO, José Mauricio de. Pesquisa científica e evolução social. **Educação e Filosofia**, v. 17, nº. 33, jan./jun. 2003, p. 185-193.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. Col. Os Pensadores. Trad. Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ENRICONE, Délcia. Saberes e Pesquisa Docente. In: MELLO, Elena M. B.; COSTA, Fátima T.L. da; MOREIRA, Jacira C. D. **Pedagogia Universitária***:* campo de conhecimento em construção. Cruz Alta: UNICRUZ, 2005, p. 26-44.

ENRICONE, Délcia. Porto Alegre: **Direito & Justiça**, v. 33, n. 1, p. 9-18, junho 2007.

FACHIN, Luiz Edson. Limites e possibilidades do ensino e da pesquisa jurídica: repensando paradigmas. Jacarezinho: **Argumenta Journal Law**, n. 1, p. 25-34, 2001.

FARIA, José Eduardo. O Judiciário e o desenvolvimento econômico. In: **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. José Eduardo Faria (org.), São Paulo: Malheiros, 2002, p. 26.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir***:* História da violência nas prisões. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

_____. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar***:* como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MASSINE, Maiara Cristina Lima; SOARES, Fernanda Heloísa Macedo. Crise do Ensino Jurídico Brasileiro. Jacarezinho: **Argumenta Journal Law**, n. 12, p. 57-72, 2010.

SILVA, Edima Aranha. Evolução histórica do método científico: desafios e paradigmas para o século XXI. **Economia & Pesquisa**, Araçatuba, v.3, n.3, mar. 2001, p. 109-118.

UNICAMP. Fórum de Reflexão Universitária. Desafios da pesquisa no Brasil: uma contribuição ao debate. **São Paulo em Perspectiva**, 16(4): 15-23, 2002.

USP. INSTITUTO DE FÍSICA DE SÃO CARLOS. **Os desafios e avanços da pesquisa nacional**. 2016. Disponível em: <http://www.ifsc.usp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4067:os-desafios-e-avancos-da-pesquisa-brasileira&catid=7:noticias&Itemid=224>. Acesso em: 21 abr. 2017.

VERBICARO, Loiane Prado. **Ensino jurídico brasileiro e o direito crítico e reflexivo**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29843-29859-1-PB.pdf.>. Acesso em 22 abr. 2017.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA FORMAÇÃO DOCENTE SOB A PERSPECTIVA DA EDUCOMUNICAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Mestranda Flávia Aparecida de Moraes [1]

Prof. Dr. Carlos Cesar Garcia Freitas[2]

Prof. Dr. João Coelho Neto[3]

Resumo

A Educomunicação, compreendida na utilização adequada das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) como instrumentos de expressão da cidadania, consiste num auxílio ao processo de ensino e aprendizagem. Considerando como fundamental a inclusão da Educação Financeira no âmbito escolar como meio de orientação de decisões financeiras conscientes, pretende-se analisar como se estabelece essa relação entre os fenômenos, principalmente na Formação Docente Inicial (Magistério). Deste modo, o presente estudo consiste numa Revisão Sistemática de Literatura para analisar os trabalhos já desenvolvidos com a temática Educação Financeira e Educomunicação no Curso de Formação de Docentes. Assim, apresenta como finalidade investigar a formação inicial de futuros professores e como estes estão sendo preparados para trabalhar a Educação Financeira Escolar com criticidade a partir das TDIC. O encaminhamento metodológico utilizado foi o da Revisão Sistemática de Literatura, a pesquisa teve como intervalo de busca os anos de 2005 a 2017 na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Como resultado, dos 60 trabalhos analisados, percebe-se que a minoria trata sobre a temática e, nesse sentido, demonstra a escassez de pesquisas que apresentam os recursos tecnológicos como instrumentos de cidadania para o ensino da Educação Financeira.

Palavras-chave: Educação Financeira; Formação Docente; Educomunicação; Revisão Sistemática de Literatura.

[1] Discente- Programa de Pós-Graduação em Ensino PPGEN/UENP. Email: flaviaaparecidademoraes@hotmail.com
[2] Docente- Programa de Pós-Graduação em Ensino PPGEN/UENP. Email: cesarfreitas@uenp.edu.br
[3] Docente- Programa de Pós-Graduação em Ensino PPGEN/UENP. Email: joaocoelho@uenp.edu.br

Introdução

A Educação Financeira envolve a busca por informações sobre recursos pecuniários, assim, propicia reflexão sobre a vida financeira no presente e orientação referente ao planejamento futuro, por isso, é primordial dedicar uma atenção especial à Educação Financeira Escolar (SOUZA, 2016).

Entretanto, ressalta-se que educar financeiramente vai muito além da mera apresentação dos conceitos e informações sobre o sistema monetário, englobando a reflexão sobre responsabilidade, empreendedorismo e planejamento financeiro.

Todavia, é fundamental organizar situações de aprendizagens que propiciem o ensino e a aprendizagem da Educação Financeira no âmbito escolar. Assim, faz-se necessário que essas situações sejam planejadas com vistas a motivar os alunos e garantir sua participação crítica durante o processo.

Do ponto de vista de Perrenoud (2000), a Tecnologia permite a criação de situações de aprendizagens ricas e diversificadas e, por isso, contribui na melhoria da ação pedagógica. No princípio, ao discutir a ligação entre Tecnologia e Educação buscava-se educar a sociedade para sua utilização. No entanto, conforme destaca o autor, atualmente o objetivo é analisar de que é possível utilizar a Tecnologia para educar de maneira crítica e reflexiva aproximando o aluno desse processo construtivo.

É possível observar que Comunicação, Tecnologia e Educação são processos que estão constantemente interligados e dessa relação dialógica surge a Educomunicação que

> [...] estuda a interface comunicação/educação, tomando os processos comunicativos com preocupações voltadas aos processos educativos neles envolvidos, bem como voltadas às práticas comunicativas em uso na sociedade. Tal perspectiva de educação midiática constitui-se de processos comunicativos que favorecem a educação para o desenvolvimento de certas habilidades, como a da leitura crítica da mídia, o senso crítico sobre o uso das tecnologias e suas aplicações, consciência de si e do espaço que ocupa na sociedade e, sobretudo, a de atuar

> como cidadão em sua plenitude de direitos e no protagonismo em transformações sociais desejadas (VIANA, 2016, p. 29).

Nesse sentido, sobre a relação da Educomunicação com as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), percebe-se que Educomunicação

> [...] não diz respeito imediata ou especificamente à educação formal nem é sinônimo de "Tecnologias da Educação" (TE), ou mesmo de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs). No entanto, a escola se apresenta como um espaço privilegiado de aprendizagem a respeito dos benefícios da adoção desse conceito. Com relação às tecnologias, o que importa não é a ferramenta disponibilizada, mas o tipo de mediação que elas podem favorecer para ampliar os diálogos sociais e educativos (SOARES, 2011, p. 18).

Além disso, considerando a mediação do professor, observa-se que a garantia da melhoria no aprendizado dos alunos não deve ser depositada somente na figura do educador e muito menos no simples acesso às novos instrumentos tecnológicos. Desse modo, os recursos não podem se limitar apenas ao consumo para a pesquisa, mas assumir sua expressiva importância de inovar integrando a Tecnologia e a sociedade na produção de novas formas de aprender e ensinar. A inovação, na concepção de Moran et al. (2013, p.103) "[...] não está restrita ao uso da tecnologia, mas também à maneira como o professor vai se apropriar desses recursos para criar projetos metodológicos que superem a reprodução do conhecimento e levem à produção do conhecimento".

Assim, a escolha por analisar por meio de uma revisão a formação de alunos do curso de Formação Docente, justifica-se para a reflexão sobre suas práticas com o uso das TDIC, pois só será possível interferir de maneira significativa na formação dos alunos se antes compreendermos o processo de formação dos professores por meio das tecnologias.

Diante do exposto, destaca-se como objetivo desse estudo, que é: analisar de que modo a Educação Financeira tem sido proposta na Formação Docente pelo viés da Educomunicação. Para tanto foi desenvolvida uma pesquisa com base em teses e dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de

Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que discutem a relação da Educação Financeira com enfoque no campo da Educomunicação no curso de Formação de Docentes para que seja possível fazer um levantamento de pesquisas já realizadas e viabilizar maiores estudos na área.

Em relação ao método para o levantamento de dados desta pesquisa, utilizou-se como base algumas etapas da Revisão Sistemática de Literatura de Kitchenham (2014) visto que consiste na identificação, avaliação e interpretação de pesquisas relacionadas ao problema de pesquisa.

Considerando as etapas da Revisão Sistemática de Literatura, o estudo foi estruturado a partir da "Identificação e Planejamento da Pesquisa", "Seleção de Estudos Primários", "Estudo da Avaliação de Qualidade", "Extração e Monitorização de Dados" e "Síntese de Dados" propostos por Kitchenham (2014). Como primeiro passo foram elencadas as seguintes indagações:

Q1: Qual a relação entre Educação Financeira Escolar e a Educomunicação?

Q2: Como os professores, especificamente em sua Formação Inicial (curso de Formação Docente - Magistério), estão sendo preparados para o trabalho com a Educação Financeira Escolar e a Educomunicação?

Assim, com o intuito de buscar possíveis respostas para tais perguntas por meio de trabalhos relacionados ao tema, utilizou-se nessa primeira pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT , disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/.

A etapa seguinte "Seleção de Estudos Primários" (KITCHENHAM, 2014), apresentou como critérios a seleção de teses e dissertações que continham a palavra-chave "Educação Financeira" no título, retornando assim 60 estudos.

Logo após foi feita a leitura dos títulos dos trabalhos selecionados, com vistas a analisar se os mesmos estavam relacionados com o foco da pesquisa de acordo com o "Estudo da Avaliação de Qualidade" e "Extração e Monitorização de Dados" definidas por Kitchenham (2014).

Dessa maneira, com a identificação das teses e dissertações mais relevantes de acordo com os critérios estabelecidos, são expostos a seguir adaptações fundamentadas na "Síntese de Dados" (KITCHENHAM, 2014).

Resultados e Discussões

Para a primeira pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT foi realizada uma busca com a palavra-chave "Educação Financeira" no título com a combinação da palavra-chave "Educomunicação", não foram destacados estudos que envolvessem especificamente essa temática. Assim, considerando apenas os que apresentavam a palavra-chave "Educação Financeira" no título foram retornados 60 trabalhos.

Após a leitura dos seus respectivos resumos foi possível excluir aqueles que não tratavam do desenvolvimento de ações abordando "Educação Financeira Escolar" ou nenhuma ligação com a formação e prática docente. Nesse sentido, foram retornados os 13 trabalhos relacionados a seguir.

Tabela 1 – Teses e Dissertações do IBICT

Nº	Título do Trabalho de Pesquisa	Autor/Ano	Assunto	Programa de Pesquisa
1	Educação Financeira no Currículo Escolar: uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França	Ruth Margareth Hofmann (2013)	Educação Financeira. Estratégia nacional de Educação Financeira. Política educacional.	PPGE/ UFPR

2	Educação Financeira Escolar: Planejamento Financeiro	Glaucia Sabadini Barbosa (2015)	Educação Financeira Escolar. Planejamento financeiro.	PPGEM/ UFJF
3	Educação Financeira para o Ensino Médio	Rodrigo Cesar Pastrolin Venturini (2016)	Matemática Financeira. Planilhas Eletrônicas. Excel. Ensino Médio.	PROFMAT/ UFMS
4	A relevância da Educação Financeira na Formação de Jovens	Alex Ferranti Pelicioli (2011)	Educação Matemática. Consciência Financeira. Educação Financeira.	PPGEDUCEM/ PUCRS
5	Um estudo sobre a Educação Financeira e Instituição Escolar	Paulo Roberto Ribeiro Vargas (2014)	Educação Financeira.	PPG EM EDUCAÇÃO/ UNISINOS
6	Educação Financeira por meio de dados reais atividades didáticas para a Educação Básica	Ana Carolina Gadott (2016)	Educação Financeira. Cidadania.	PPGECIM/ FURB
7	Educação Financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno	Marcos Stephani (2005)	Educação Financeira. Autonomia. Interdisciplinaridade.	PPGEDUCEM/ PUCRS
8	Objetos de Aprendizagem como recurso educacional digital para Educação Financeira: análise e avaliação	Gisele Barbosa (2014)	Educação Matemática. Educação Financeira Escolar.	PPGEM/ UFJF
9	Educação Financeira Escolar para estudantes com deficiência visual	Glauco Henrique Oliveira Santos (2014)	Educação Matemática. Educação Financeira. Educação Inclusiva.	PPGEM/ UFJF
10	Design e desenvolvimento de um curso de Formação Continuada para professores em Educação Financeira Escolar	Andréa Stambassi Souza (2015)	Educação Matemática. Educação Financeira Escolar. Formação de professores.	PPGEM/ UFJF
11	Uma reflexão sobre a importância de inclusão de Educação Financeira na escola pública	Denise Teresinha Brandão Kern (2009)	Educação Financeira. Inclusão. Mundo Financeiro do Aluno.	PPGECE/ UNIVATES
12	MOOC na Educação Financeira: análise e proposta de desenvolvimento	Luís Felipe da Silveira (2016)	Educação matemática. MOOC. Educação Financeira Escolar.	PPGEM/ UFJF

13	Henrique e o Robô Dim: gamebook para apoiar o processo de ensino e aprendizagem de Educação Financeira Infantil	Felipe da Cunha de Mello (2016)	Tecnologia. Educação Financeira Infantil. Gamebook.	PPGTER/ UFSM

Fonte: Os Autores

Considerando os trabalhos anteriormente descritos, foi realizada a leitura dos resumos com o objetivo de destacar a concepção dos autores citados sobre a importância da Educação Financeira Escolar:

- Hofmann (2013) descreve sobre a implementação da Educação Financeira como política pública e reflete sobre a sua inserção no currículo escolar.
- Barbosa (2015) discorre sobre a importância de Educação Financeira no âmbito escolar e também apresenta a diferença entre Educação Matemática e Educação Financeira, caracterizando a Educação Financeira Escolar como uma vertente que se desenvolve no interior da área denominada de Educação Matemática.
- Pelicioli (2011) enfatiza iniciativas pedagógicas que contribuem na aprendizagem dos estudantes em relação à Educação Financeira.
- Vargas (2014) discute como ocorreu a aproximação da Educação Financeira com a instituição escolar e a importância dessa ação.
- Gadott (2016) propõe atividades pedagógicas para inclusão do ensino da Educação Financeira com os professores da Educação Básica.
- Stephani (2005) aponta o processo de construção da participação e autonomia do aluno a partir do Projeto de Educação Financeira, alvo da investigação do seu estudo.
- Santos (2014) enfoca a importância da formação do aluno com deficiência visual no estudo de Educação Financeira.

- Kern (2009) considera sobre a fundamental importância de trabalhar na escola relacionando os conteúdos curriculares com aspectos do mundo financeiro, ou seja, desenvolver ações que enfocam a Educação Financeira de forma interdisciplinar.

Desse modo, após de uma leitura mais aprofundada foi possível analisar também quais estudos relacionavam-se ao uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), que, de certo modo, estão interligados ao processo de Educomunicação. Nesse sentido percebe-se que poucos trabalhos enfocaram especificamente a temática. Entre eles destacam-se:

- Venturini (2016) aborda a ligação entre o uso da Tecnologia e o trabalho com a Educação Financeira por meio de Planilhas Eletrônicas do Excel, considerando que essa relação desperta o interesse dos alunos para o assunto.
- Barbosa (2014) expõe em seu estudo a ligação entre o uso da Tecnologia e o trabalho com a Educação Financeira e aponta os Objetos de Aprendizagem como aspectos que podem viabilizar sua utilização na escola.
- Silveira (2016) analisa a construção de um curso de Educação Financeira Escolar na Metodologia *Masssive Open Online Course* (MOOC).
- Mello (2016) apresenta a integração entre a Educação Financeira, Tecnologia na Educação e ludicidade com o desenvolvimento de um *gamebook*.

Por meio dessa leitura, percebeu-se na proposta de Souza (2015), que consiste em desenvolver um curso de Formação Continuada em Educação Financeira Escolar, parte da ideia inicial almejada durante esta revisão, ou seja, analisar o envolvimento da Educação Financeira num curso de Formação de Professores.

Contudo, é possível averiguar na Tabela 1 que, dos 60 trabalhos pesquisados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT, apenas 13 referem-se à “Educação Financeira”

no âmbito escolar. Com referência ao processo de Educomunicação, não houve retorno em nenhum desses estudos, além disso, com enfoque principalmente no uso das Tecnologias, dos 13 estudos somente 4 abordavam a temática. Porém, apenas 1 trabalho enfatizou a inclusão da Educação Financeira num curso de Formação de Professores. Portanto, percebe-se a urgente necessidade de ampliar os estudos sobre essa questão.

Considerações Finais

Esse trabalho de revisão propôs um levantamento das teses e dissertações que estão sendo desenvolvidas na área da Educação Financeira na Formação Docente sob a perspectiva da Educomunicação. Dessa maneira, o estudo possibilita a análise de que há uma carência de trabalhos desenvolvidos de 2005 a 2017 em relação à inclusão da Educação Financeira no espaço escolar, principalmente no que se refere à Formação Docente Inicial por meio de práticas Educomunicativas.

Contudo, observa-se a importância de ampliar e aprofundar o estudo sobre a temática propondo como enfoque o modo com a Educação Financeira Escolar é trabalhada na Formação Inicial de Professores pelo viés da Educomunicação. Portanto, considerando a existência dessa inquietação acerca da temática, evidencia-se assim a intenção de desenvolver outros possíveis trabalhos.

Referências

BARBOSA, Gisele. **Objetos de Aprendizagem como recurso educacional digital para Educação Financeira:** análise e avaliação. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

BARBOSA, Glaucia Sabadini. **Educação Financeira Escolar:** Planejamento Financeiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

GADOTT, Ana Carolina. **Educação Financeira por meio de dados reais atividades didáticas para a Educação Básica.** 2016. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.

HOFMANN, Ruth Margareth. **Educação financeira no currículo escolar:** uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

IBICT, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind//>. Acesso em: 02 maio 2017

KERN, Denise Teresinha Brandão. **Uma reflexão sobre a importância de inclusão de Educação Financeira na escola pública.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Exatas) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Lajeado, 2009.

KITCHENHAM, Barbara Ann. **Procedures for Performing Systematic Reviews.** Tech. Report TR/SE-0401, Keele University, 2014.

MELLO, Felipe da Cunha de. **Henrique e o Robô Dim:** gamebook para apoiar o processo de ensino e aprendizagem de Educação Financeira Infantil. 2016. Dissertação (Mestrado em Tecnologias Educacionais em Rede) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.
MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 21. ed. São Paulo: Papirus, 2013.

PELICIOLI, Alex Ferranti. **A relevância da Educação Financeira na Formação de Jovens.** 2011**.** Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Glauco Henrique Oliveira. **Educação Financeira Escolar para estudantes com deficiência visual.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SILVEIRA , Luís Felipe da. **MOOC na Educação Financeira:** análise e proposta de desenvolvimento. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação:** o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOUZA, Andréa Stambassi. **Design e desenvolvimento de um curso de Formação Continuada para professores em Educação Financeira Escolar.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

STEPHANI, Marcos. **Educação Financeira:** uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

VARGAS, Paulo Roberto Ribeiro. **Um estudo sobre a Educação Financeira e Instituição Escolar.** 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

VENTURINI, Rodrigo Cesar Pastrolin. **Educação Financeira para o Ensino Médio**. 2016. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2016.

VIANA, Claudemir Edson. Educomunicação nos processos educativos. In: VIANA, Claudemir Edson. (Org.). **Educomunicação e Diversidade:** integrando práticas. São Paulo: ABPEducom, 2016. E-book Disponível em: <http://issuu.com/abpeducom/docs/ebook_3_-_integrando_praticas_-_v01/21?e=10597787/38544704/>. Acesso em: 15 set. 2016

ENTRE A COMPETÊNCIA E A CONFIANÇA: O USO DAS TIC EM SALA DE AULA POR PROFESSORES QUE CURSAM MESTRADO

Jorge Luís Felizardo dos Santos [1]

Alessandra Dutra [2]

Resumo

No presente artigo procuramos analisar o comportamento dos docentes-discentes, alunos de Mestrado que atuam como docentes na Educação Básica, quanto à confiança e à competência em relação aos usos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em sala de aula num contexto de inovação, baseados em uma pesquisa internacional nomeada IPETCCO "*Investigation in Primary Education Teachers' Confidence and Competence. Supporting Innovation"*, projeto de investigação em parte financiado pela Comissão Europeia (Programa Sócrates/Minerva) com o objetivo de traçar a relação entre as capacidades, conhecimentos e atitudes em relação às TIC num contexto de inovação e as predisposições para a sua utilização numa perspectiva de inovação curricular, a partir de quatro países do sul da Europa (Espanha, Itália, Grécia e Portugal). Para tal, realizamos uma discussão a respeito dos conceitos de confiança e competência relacionados às TIC. Utilizamos como tipo de pesquisa a de campo, com análise qualitativa. Os resultados mostraram que é certo considerarmos a necessidade de sistematizar e otimizar o uso das TIC, no contexto educacional, tanto de forma comportamental, empreendida na perspectiva do professor e da instituição escolar, assim como de forma mais ampla, na perspectiva de políticas educacionais que contemplem as ações curriculares e de formação.

Palavras-chave: TIC; Professores; Ensino-aprendizagem; Competência; Confiança.

Introdução

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) estão presentes nas mais diversas áreas e setores, por exemplo, indústria, comércio, prestação de serviços, educação, entre outras. Dessa forma, podemos considerá-las como inseridas na rotina de sujeitos expostos ao advento da globalização.

[1] Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza. E-mail: jorfelizardo@globo.com

[2] Professora Doutora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza. E-mail: alessandradutra@utfpr.edu.br

Na educação, especificamente, seus diversos atores precisam enfrentar os desafios de inclusão de recursos tecnológicos no cotidiano de sala de aula, ou seja, trata-se de inserir uma prática que busque desenvolver habilidades e competências no manejo de equipamentos, tecnologias e instrumentos, de modo que possamos pensar as TIC como ferramentas necessárias para uma formação profissional e humana.

Para isso, a formação do docente é considerada como uma aliada ao desenvolvimento das TIC no processo pedagógico (BRASIL, 2006) e, atualmente, os cursos de Pós-Graduação em nível de mestrado e doutorado têm auxiliado na formação da prática pedagógica dos professores para a atuação na Educação Básica, tal como é considerada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996).

As reflexões sobre o emprego satisfatório das tecnologias em sala de aula e o papel que a formação continuada exerce na prática pedagógica dos professores surgiram na disciplina "As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o processo de ensino e aprendizagem", do Programa de Pós Graduação de Ensino em Ciências Humanas, da Natureza e Sociais (PPGEN), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus de Londrina, com base nos apontamentos de Peralta e Costa (2007) acerca do Projeto IPETCCO "Investigation in Primary Education Teacher's Confidence and Competence, sobre a competência e confiança dos professores no uso das TIC, em parte financiado pela Comissão Europeia (Programa Sócrates/Minerva) e que objetivou relacionar as capacidades, conhecimentos e atitudes em relação às TIC num contexto de predisposição para utilizar as TIC numa perspectiva da inovação curricular.

Assim, neste estudo, buscamos investigar as percepções sobre o uso das TIC em suas práticas profissionais cotidianas de sala de aula, na visão de 30 professores da Educação Básica, que atuam nos estados de São Paulo e Paraná, também alunos de Programas de Mestrado de quatro instituições

públicas, Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - campus de Londrina.

2 Competência e confiança: perspectivas teóricas sobre as TIC em sala de aula

A discussão sobre a relação aproximada entre o ensino-aprendizagem e as TIC toma como guia estudos que sublinham a relevância da adoção, pela escola, de novas práticas. Nesse sentido, Kenski (2003) ressalta os valores da comunidade virtual ao que é ofertado no espaço escolar. O ambiente virtual de aprendizagem se faz também como um espaço colaborativo, onde são criadas comunidades virtuais com alunos e professor em estado de colaboração permanente. O conhecimento é que medeia esse permanente estado entre tais sujeitos; é um conhecimento que se dá pelo estado político, cultural de um local e que guia aquilo que é necessário e útil a ser apreendido em determinada época.

Peralta e Costa (2007), utilizam o conceito de auto eficácia de Bandura (1977) e acreditam que a questão da confiança no desenvolvimento das TIC não está apenas ligada à forma como os professores percebem o sucesso em relação ao uso da tecnologia, em sala de aula, mas também como veem isso dependendo de si próprios. Na mesma linha de pensamento, Keller (1987) afirma que a questão da confiança está relacionada a quatro importantes componentes para que o professor possa iniciar o trabalho com as tecnologias em sala de aula: interesse, relevância expectativas e resultados.

No tocante à competência no uso das TIC, Perrenoud (2000, p. 15) afirma que competência, trata-se de “uma capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação”. Kenski (2003), no entanto, aborda a maneira que os professores têm de se posicionar frente

aos conhecimentos a serem adquiridos e necessários, está relacionado com a competência e um sentimento de confiança (auto eficácia). Como exposto nas proposições anteriores e a fim de tornarmos diáfanas as relações firmadas por nós entre os autores que embasam esta pesquisa, rumamos, portanto, em direção à visão dos professores investigados.

3 Metodologia

Para este trabalho, utilizamos a pesquisa de campo, com a entrevista como fonte de coleta de dados que, de acordo com Tozzoni-Reis (2009, p. 40) tem por objetivo buscar informações por meio da "fala dos sujeitos". A análise dos dados é quanti-qualitativa, considerando as contribuições dos 30 professores, alunos de Programa de Mestrado de diferentes programas de Pós-Graduação do Estado de São Paulo e do Estado do Paraná. Esses informantes, além de cursarem um Programa de Mestrado, atuam profissionalmente nos diferentes níveis de ensino da Educação Básica, tanto de São Paulo quanto do Paraná.

Para isso, foi elaborado um instrumento de coleta de dados na plataforma *GoogleForms*[3], composto por 13 perguntas, que foram aplicadas aos professores no primeiro semestre de 2017. A fim de traçarmos um perfil dos participantes, algumas perguntas se referiram ao universo acadêmico e profissional no qual eles estavam inseridos. O instrumento de coleta de dados foi enviado a 30 professores, no entanto, somente 16 enviaram as informações. Dos 16 que enviaram, 6 não estavam mais atuando como professores. Assim, optamos por analisar somente as informações dos 10 restantes.

[3] *GoogleForms* <https://docs.google.com/forms/>. Acesso em: 18 maio de 2017.

As questões versaram sobre a modalidade de atuação dos informantes, sobre o conhecimento que eles tinham sobre o Projeto Político Pedagógico da escola em que atuavam e se nesse projeto estavam previstas as TIC; sobre o curso de mestrado que os informantes cursavam; sobre qual a modalidade, ou seja, se é profissional ou acadêmico; se no curso havia disciplinas que formam para o uso das TIC; se elas estavam inseridas em sua prática de sala de aula e se dada a sua formação, sentem confiança no uso das TIC.

4 Apresentação e análise dos dados

Nesta seção, apresentamos os resultados sobre as percepções sobre o uso das TIC em suas práticas profissionais cotidianas de sala de aula de 10 professores da Educação Básica, sendo nove do Estado do Paraná e um do Estado de São Paulo, todos alunos de Programas de Mestrado de instituições públicas, sendo três do estado do Paraná e uma do estado de São Paulo.

Sobre a área de atuação dos informantes, 1 informante, 10%, informou atuar na Educação Infantil, 1 informante, 10%, informou atuar no Ensino Fundamental, nível I, 2 informantes, 20%, informaram atuar no Ensino Fundamental, nível II e 6 informantes, 60%, informaram atuar no Ensino Médio. A importância de conhecer as modalidades em que atuam os professores, no nosso entendimento, ocorre devido a forma como se dá o relacionamento destes com os alunos, pois segundo Moran (2000), a forma como se dá esse relacionamento é fundamental para o sucesso pedagógico, considerando ainda, que é importante o professor estar atento aos caminhos da aprendizagem em cada etapa e modalidade de ensino, para que sua atuação seja adequada, efetiva e facilitadora da aprendizagem.

Sobre conhecer o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição em que lecionam, 8 informantes, 80% informaram conhecer o documento e 2 informantes, 20% informaram desconhecê-lo. Na sequência, as respostas sobre verificar se as TIC estavam inseridas na estrutura do Projeto Político Pedagógico, 7 informantes, 70%, responderam sim, 2 informantes, 20%, responderam não, e 1 informante, 10%, não soube responder. Essas questões, acima, de número 3 e 4, visaram enfatizar os laços entre escola, sujeito e tecnologia, neste sentido, estas questões procuraram estabelecer uma relação direta entre o sujeito enquanto conhecedor das proposições da escola e o sujeito inserido nas ações da própria instituição.

Esta relação foi estabelecida, por acreditarmos, em consonância com Moreira (2014), que toda ação pedagógica deva estar centrada no Projeto Político Pedagógico, mas também por reconhecermos a importância dos sujeitos da comunidade escolar, em questionar e procurar construir/reconstruir este "documento", significando-o e permitindo que ele, responda, continuamente, aos anseios da sua comunidade.

Peralta e Costa (2007) ressaltam que o trabalho com as TIC, com objetivos pedagógicos, acentua aspectos incluídos em três dimensões, uma delas, segundo os autores, está relacionada justamente com os fatores organizacionais da escola, nesse sentido, a forma com que as instituições de ensino dialogam com as tecnologias de informação e comunicação, também norteia a sua prática escolar. No que tange à questão quatro, no entanto, é preocupante, ao mesmo tempo, o número de professores, que desconhecem essa "dimensão", ou seja, esse documento que norteia a vida escolar, contrariando, em parte, a resposta dada na questão anterior, de número três.

Sobre a modalidade do curso de Mestrado, 8 informantes, 80%, são alunos da modalidade profissional (03 da UTFPR e 05 da UENP) enquanto 2 informantes, 20%, da modalidade acadêmica (01 da USP e 01 da UEL). Sobre a presença de uma disciplina relacionada às TIC, no curso, 8

informantes, 80%, responderam haver e 2 informantes, 20%, responderam que não, sendo que estes últimos são alunos da modalidade acadêmica. Essas questões foram elaboradas, no intuito de relacionar as modalidades de mestrado com os professores e suas práticas, no tocante ao uso das TIC, nesse sentido, observamos nas respostas, que os professores da modalidade do curso de Mestrado profissional, diferente dos que cursam o mestrado acadêmico, não usam as TIC como complemento de outros materiais, mas sim, sistematicamente dentro do processo educativo.

A partir da questão 8, investigamos sobre a prática pedagógica dos informantes com o intuito de saber se as TIC estão inseridas no contexto de sala de aula do informante, 9 informantes, 90%, responderam que sim e 1 informante, 10% respondeu que não. Apesar de não termos perguntado sobre as áreas de atuação dos informantes, e que seria um dado importante, pensamos que o uso das TIC, deva ocorrer em todas as disciplinas, inclusive naquelas que, inicialmente não parece ser necessário uma atenção mais diretiva. Conquanto, no estudo empreendido por Peralta e Costa (2007), os autores afirmam, que o grau de confiança aliado à competência dos professores no desenvolvimento do trabalho com a tecnologia é um sinal positivo do desenvolvimento educacional, neste caso podemos pensar que esses professores questionados, dada a porcentagem verificada, respondem positivamente ao uso das TIC no seu contexto pedagógico.

Na questão 9, que pautada na questão anterior, em termos de resposta positiva, buscou quantificar o uso das TIC inseridas na rotina em sala de aula do informante, e excluindo 1 informante que não faz uso das TIC, tivemos como resposta: 4 informantes, 44,4%, que responderam que 1/3 (minimamente - em atividades esporádicas), 3 informantes, 33,3%, que responderam 2/3 (maioria – em sequências didáticas planejadas) e 2 informantes, 22,2%, que responderam 3/3 (completamente – em ações permanentes do plano anual). Precisaríamos saber os motivos que levariam a justificar essas indicações, mas baseados em Peralta e Costa (2007), porém, podemos refletir a partir do apresentado que a falta de uso mais frequente em relação às TIC, podem ser devido ao medo de lidar com os

equipamentos, de forma a cometer erros, e estes serem visualizados, ou a falta de competências pedagógicas ou didáticas, ou ainda, questões organizacionais ou de estrutura (recursos) no âmbito da escola.

As questões seguintes, de número 10, 11, 12 e 13, apresentam um panorama em relação aos termos que permeiam a razão deste trabalho: a competência e a confiança no tocante ao uso das TIC. Neste contexto, as respostas para as questões 10 e 11 demonstraram que os professores estão cientes das necessidades de se adaptarem, cada vez mais à essas ferramentas, no tocante aos ambientes escolares e apontaram, também, que suas competências positivas estão ligadas aos cursos de formação, à estrutura e à posição administrativa da escola no incentivo ao uso das TIC. Por outro lado, relataram descontentamento, devido a alguns casos de ausência de recursos e de incentivos por parte da Escola. Nestas mesmas questões, 10 e 11, porém, nas respostas individualizadas do grupo de professores que cursam o mestrado na modalidade profissional, verificamos um diferencial já que estes, na sua grande maioria, justificou a sua classificação como competente em relação ao uso das TIC, devido ao processo formativo constante a esta modalidade de curso de Mestrado, enquanto que os professores que cursam a modalidade acadêmica, embasaram suas respostas, quanto à sua competência, em relação ao uso das TIC, centradas apenas na questão de conhecer o funcionamento dos equipamentos.

Nas questões 12 e 13 que versaram sobre o nível de confiança em relação ao uso das TIC em sala de aula, 9 informantes, 90%, responderam sim e 1 informante, 10%, responderam negativamente. Dada essa porcentagem, podemos considerar que a formação dos professores, sua predisposição e habilidade no desenvolvimento pedagógico foram significativas para essa confiança demonstrada. Essas respostas positivas, em relação à confiança, com base nas justificativas dos informantes, são confirmadas em Peralta e Costa (2007), quando afirmam que “a confiança é ganha de forma lenta trabalhando e praticando muito com o computador”, fala essa que entre outras, corrobora com a justificativa apresentada por uma das informante, quando afirma “Eu sinto muita segurança para fazer

uso das TIC, pois estou sempre participando de cursos e demais ações de aperfeiçoamento visando sempre melhoria da minha atuação e melhor domínio delas." Em outra resposta, a justificativa composta em relação a confiança, valorizou a importância em relação à formação inicial aliada à predisposição em desenvolver uma nova postura profissional, quanto ao uso das TIC, quando a informante afirma, "(...) entender a importância (...) de romper com o comodismo e o preconceito e possuir, agora, conhecimento relativo ao assunto".

À medida em que o profissional demonstra interesse pelas TIC, e passa a ver importância naquilo, ele procura se formar continuamente, dessa forma, a confiança só tende a aumentar. Nesse sentido, a confiança pode ser entendida como um processo em que a autoestima, em relação ao trabalho com a tecnologia, se amplia gradualmente.

Considerações Finais

As análises empreendidas no conjunto da pesquisa que teve como objetivo investigar o comportamento dos professores da Educação Básica, que ora cursam o Mestrado, quanto as suas percepções de competência e confiança no uso das TIC em sala de aula, nos mostraram que neste nível de formação, tal qual apontado por Peralta e Costa (2007), as resistências aos usos das TIC, diminuem quando aliadas a alguns fatores como, estruturas curriculares, acessibilidade aos equipamentos, compreensão sobre o potencial das TIC, entre outros.

No caso da competência, os resultados apresentados pelos informantes da pesquisa, assim como no estudo apresentado por Peralta e Costa (2007), a formação dos professores aparece como um dos

fatores determinantes para o desenvolvimento da competência e otimização das habilidades quanto ao uso da tecnologia.

No caso da confiança, de acordo com a nossa pesquisa, as respostas nos levaram a perceber, que os componentes de interesse, relevância, expectativa e resultado, conforme defendido por Keller (1987), realmente, influenciam positivamente na ação pedagógica. Observamos essa situação contemplando os motivos da confiança dos professores pesquisados, que na maioria de suas respostas, atrelaram seu bom desempenho no uso das tecnologias, com o processo contínuo de formação profissional.

Quando o assunto é a inclusão da tecnologia, algumas respostas apresentaram como problema, a falta de recursos e não a imperícia dos docentes como o principal motivo que atrapalha a confiança. Nesse sentido a percepção de Bandura (1977) e Peralta e Costa (2007) estão de acordo, quando afirmam que a eficácia em relação ao uso das TIC depende mais da autoconfiança dos professores ao usar as TIC, do que do uso da tecnologia em si. Deste modo, mais confiantes, esperamos, conforme também defende Moreira (2014), que os professores façam a leitura do mundo, interpretando-o e lançando sobre ele um olhar mais crítico em relação às tecnologias, para que desta forma, estes se abram mais às possibilidades que as tecnologias oferecem ao seu próprio trabalho.

No contexto das análises efetuadas, e associando-as com o objetivo traçado inicialmente, podemos concluir de forma preliminar que o incremento das TIC em sala de aula, determinado a um nível mais elevado de formação, mostram sujeitos mais confiantes e professores que buscam pela especialização de maneira escolarizada ou não.

Destarte, ainda que incipientemente, à luz dos resultados, e visualizando as possibilidades de continuação deste estudo, é certo considerarmos a necessidade de sistematizar e otimizar o uso das TIC, no contexto educacional, tanto de forma comportamental, empreendida na perspectiva do

professor e da instituição escolar, integrando as tecnologias ao Projeto Político Pedagógico e aos planejamentos, de forma a integrar o currículo com as práticas pedagógicas em sala de aula, assim como, de forma mais ampla, na perspectiva das políticas educacionais, fomentando uma melhor estrutura para o uso das tecnologias nas escolas da rede pública, além de disponibilizar e "participar" uma maior quantidade de ações formativas, municiando assim, o desenvolvimento das TIC desde a Educação Infantil até a Pós Graduação, de modo que se propicie, cada vez mais ao alunado, um desenvolvimento pedagógico com as mais diferentes ferramentas, modalidades e concepções tecnológicas, garantindo assim, os direitos de aprendizagem e a construção do conhecimento de forma colaborativa.

Referências

BANDURA, A. Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioural change. **Psychological Review**, n. 84, 1977. p. 191-215.

BASTOS, B. Tecnologias no cotidiano: desafios à inclusão digital. In: **Introdução à educação digital**: caderno de estudo e prática. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 10 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Básico, Fundamental e Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília, DF: SEB/MEC, 2006.

KELLER, J. M. Development and use of the ARCS model of instructional design. **Journal of Instructional Development**, v. 10, n. 3, 1987. pp. 2-10.

KENSKI, V. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2003.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. (Orgs.) **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Papirus, 2000.

MOREIRA, M. da G. A voz do aluno em alto e bom som. In: SÃO PAULO. **Magistério**. Secretaria Municipal de Educação. São Paulo: SME/DOT n. 3, 2014.

PERALTA, H.; COSTA, F. A. Competência e confiança dos professores no uso das TIC: síntese de um estudo internacional. **Sísifo**. Revista de Ciências da Educação, v. 03, p. 77-86, 2007.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto alegre: Artes Médicas Sul. 2000.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Metodologia da Pesquisa**: normas para apresentação de trabalhos científicos. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

O ENSINO DO EMPREENDEDORISMO NA REGIÃO NORTE PIONEIRO – O EXEMPLO DO PROGRAMA BOM NEGÓCIO PARANÁ

[1]Luís Guilherme Remonte

[2]Áthina Candu Teixeira

Resumo

O objetivo desta pesquisa é apresentar os resultados do programa Bom Negócio Paraná desde seu surgimento no ano de 2012 até o ano de 2016. Trata-se de um projeto de capacitação empresarial que tem como intuito auxiliar os participantes a atuarem de maneira consciente aplicando os conhecimentos adquiridos no curso dentro de suas atividades comerciais. A pesquisa caracterizou-se como estudo de caso que de acordo com Gil (2008), o estudo de caso refere-se a um estudo exaustivo e aprofundado com um ou mais objetos, que permite um amplo e detalhado sobre a organização estudada. Os principais resultados obtidos com a pesquisa foram à quantidade de municípios atendidos, número de inscritos e de concluintes, empresas atendidas e o grau de satisfação dos participantes. Com a análise dos resultados foi possível identificar que no ano de 2012 a 2016 foram atendidas 19 das 44 cidades de abrangência, tendo um total de 54 turmas concluídas e certificadas pelo Bom Negócio Paraná. Os números mostram a disseminação do conhecimento sobre o empreendedorismo e gestão em cidades diversas do estado, respondendo sempre ao objetivo do curso que é o desenvolvimento local, através da capacitação e consultorias à empreendedores ou futuros empreendedores, com vistas a geração de renda e criação de empregos, incentivando sempre a criação e formalização de novas empresas. Tal pesquisa é importante para medir a efetividade do projeto e sua viabilidade.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Empreendedor; Projeto; Capacitação.

Introdução

Muito se fala hoje em dia acerca do empreendedorismo, contudo nem todos possuem o entendimento de quão complexa é sua definição. “Empreendedorismo não é nem ciência, nem arte. É

[1] Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – luis.remonte@outlook.com
[2] Bacharel em Administração pela Faculdade Educacional - athina1707@outlook.com

uma prática. (DRUKER, 1974 P.25)". Em meados dos anos 90 com abertura do mercado interno e a privatização de estatais o termo tomou força no Brasil, no entanto, muitos ainda não têm conhecimento do seu real significado. Sendo assim é de suma importância que os empreendedores atuantes ou futuros se capacitem, tornando-se preparados e instruídos, capazes auxiliar o país em seu desenvolvimento, além de fornecerem grandes possibilidades de empregos.

O Bom Negócio Paraná é um programa do governo do estado do Paraná que atua como um instrumento de capacitação de micro e pequenos empresários. O projeto fornece cursos acerca de assuntos voltados para a área da gestão empresarial. O Bom Negócio tem como objetivo auxiliar os empresários a atuarem de maneira consciente aplicando os conhecimentos adquiridos na capacitação. Sendo assim, o intuito dessa pesquisa é apresentar os resultados do programa desde seu surgimento no ano de 2012 até o ano de 2016, enfatizando a importância do ensino do empreendedorismo na região norte pioneiro do estado do Paraná, apontando dados relevantes sobre a capacitação empresarial, disseminada pelo programa Bom Negócio Paraná.

A Disseminação do Empreendedorismo Para os Micro e Pequenos Empresários

Empreendedorismo

Segundo Thimmons (1990), o empreendedorismo tem na história o seu grande e significativo papel e traz consigo suas contribuições que podem ser relacionadas com grandes fatos da história mundial, como por exemplo, as grandes revoluções. Na visão de Dornelas (2005), é necessário que os empreendedores realizem seus planos de ações e também suas medidas estratégicas em suas

organizações, sejam elas empresas que ainda não foram criadas ou até mesmo aquelas que estão em pleno andamento.

Para Bueno, Leite e Pilatteli (2004), o empreendedor está sempre à procura de manter-se atualizado no que diz respeito ao ambiente que lhe compete. O mesmo também demonstra expressivas características que mostram seus diferenciais e também seus anseios em mantê-las em constante aperfeiçoamento. Na visão de Duarte (2013), exige-se do empreendedor certa capacidade para entender todas as forças provenientes do ambiente em que se está inserida. Aquilo que é novo pode surgir desde um produto até uma nova maneira de estrutura organizacional.

Oliveira (2012) afirma que é comum definir o empreendedorismo na prática como uma série de processos executados por pessoas para desenvolverem seus negócios. O autor caracteriza este fato como um aspecto complexo que, por sua vez, envolve o empreendedor, seus clientes e também a empresa que estão diretamente ligadas a esse processo.

Souza (2010) afirma que o Brasil é desafiado a oferecer aos profissionais informais a oportunidade de se transformar em profissionais formalizados, por meio de um menor custo e também menos burocracia. Assim é caracterizado empreendedor informal aquele que executa o seu trabalho transformando-o em negócio. Para Bottan e Lima (2012), os trabalhadores que atuam no mercado brasileiro cada vez mais estão atuando por conta própria. Assim, os trabalhadores informais se enquadram na expressão auto emprego, expressão essa que traduz a realidade cotidiana dos profissionais informais. Esses profissionais adquirem suas fontes de renda por meio de seus trabalhos executados por conta própria. Esse fenômeno é decorrente das dificuldades apresentadas para voltar ao mercado de trabalho ou até mesmo nele adentrar.

Desta forma, pode-se dizer que o empreendedor é aquele que assume riscos constantes e está localizado em um cenário de constantes mudanças, além de contribuir diretamente para alteração da

ordem econômica existente, trazendo consigo aquilo que é novo e atendendo a uma determinada necessidade.

O Ensino do Empreendedorismo

Na visão de Sela *et al* (2006, p.02), "A formação empreendedora é o processo de construção de novos comportamentos a partir de descobertas interessantes sobre as potencialidades pessoais, contexto cultural, motivações e sonhos". Os autores ainda afirmam que a ligação do empreendedorismo com o ensino é um ponto a ser tratado como uma prioridade na área das políticas governamentais, para qualquer lugar que tenha o interesse de obter inovações tecnologias através do desenvolvimento, buscando obter uma economia competitiva.

Para Della Giustina (2005, p. 34):

> O desenvolvimento do perfil empreendedor, com base no aprender a aprender, incide, em grande parte, do abrir espaço para a criatividade. No entanto, buscar referenciais para aprender as competências, detectar os melhores conteúdos programáticos, captar a dinâmica educacional mais adequada e descobrir mecanismos de ação que coloquem em ação a atividade pedagógica desejada representa hoje o grande desafio para a concepção do empreendedor nos cursos de graduação e pós-graduação. (DELLA GIUSTINA, 2005, P. 34)

Para Filion (1993), o empreendedor deve obter a educação como forma de auxilio e amparo ao seu desenvolvimento, tomando como exemplo a capacitação para a liderança, que serve como apoio e não como pressão até que se obtenham os resultados desejados. Dolabela (1999) mostra algumas alternativas para o desenvolvimento do ensino do empreendedorismo. O autor sugere a disseminação do assunto empreendedorismo para todos os níveis do ensino, incentivar e apoiar a pesquisa na mesma

área, levar ao estímulo empreendedor cientifico e instigar e apoiar o surgimento de parques tecnológicos e até mesmo incubadoras.

Bernardes e Martinnelli (2003, p.1) nos dizem que:

> Com o crescimento do interesse a respeito das práticas empreendedoras e da criação de empresas, a pesquisa e o estudo do empreendedorismo e das PME (Pequenas e Médias Empresas) vem se desenvolvendo enormemente. Muitos Programas específicos e/ou Centros de Empreendedorismo ligados a instituições de ensino superior são criados, sendo crescente o número de experiências reportadas, que visam a propagar as práticas e compartilhar os resultados que aumentem a compreensão dos riscos e facilidades dos que pretendem trabalhar nesta via. (BERNARDES e MARTINELLI, 2003, P. 1)

De acordo com Vieira, Melatti e Ribeiro (2011), o estilo tradicional de ensino está focado na formação de empregados, trazendo à tona um fato intrigante, que é a busca de cargos e funções gerenciais dentro de organizações já estabilizadas e consolidadas, após o egresso no curso superior de Administração. Este fato faz com que esses profissionais acabem deixando de lado o desafio da capacidade de inovar criando assim um ambiente cômodo e estagnado. Assim, conclui-se que o ensino do empreendedorismo vem sendo discutido cada vez mais pelos pensadores e pesquisadores da administração, do ensino e de áreas afins. Desta forma é possível identificar um cenário em evolução com resultados significativos para a educação e para a criação de novas empresas alavancando assim a economia existente.

Histórico do Programa Bom Negócio Paraná

De acordo com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2017), o Bom Negócio Paraná surgiu no ano de 2012 como um projeto contemporâneo de grande relevância para o Estado do

Paraná com a finalidade de oferecer cursos de capacitação empresarial e consultorias para micro e pequenos empresários sem custo algum. O Programa Bom Negócio Paraná traz em suas veias o anseio pelo desenvolvimento econômico e pela disseminação do conhecimento aos interessados. Em parceria com o Governo do Estado, as Universidades Estaduais se responsabilizaram em levar o conhecimento do assunto aos empreendedores através do ensino presencial ou à distância, de forma ágil e eficiente, possibilitando alcançar todas as cidades do estado. O curso de capacitação não é destinado somente a empresários, mas também aqueles profissionais informais, ou até mesmo quem tenha interesse em um dia se tornar um empreendedor de sucesso.

Além de promover o desenvolvimento econômico local e levar informação aos menos favorecidos, o projeto contribui para a geração de emprego e renda local. No decorrer do curso, muitas parcerias surgem, dando assim oportunidades para que os cursistas possam iniciar uma relação empreendedora futura. O programa de capacitação é desenvolvido através de cinco módulos, são eles: Gestão de Negócios, Gestão de Pessoas, Gestão Financeira, Gestão Comercial, e Gestão Estratégica.

Para as Universidades que trabalham com a modalidade EAD, existe ainda o módulo especial de Introdução ao Ambiente Virtual, que instrui os alunos como lidar e trabalhar em uma plataforma de ensino a distância. A atuação constante do Bom Negócio Paraná na sociedade trouxe grandes parcerias com a finalidade de enriquecer o curso visando sempre o melhor para os alunos.

O curso conta com uma parceria especial com o Fomento Paraná, que proporciona aos alunos concluintes do curso uma oportunidade de financiamento com taxas de juros a partir de 1,26% ao mês. Sem dúvidas, uma das taxas mais atrativas dentro do mercado de créditos. Aos empresários é facultado auferir empréstimo de R$300,00 a R$3.000.000,00, valores estes que podem ser parcelados da forma que melhor se adequar ao empresário, estando às parcelas em questão adstritas ao período de 12 a 60 meses.

A participação no curso permite que os alunos tenham alguns privilégios como, por exemplo, uma taxa privilegiada na captação do crédito pelo Fomento Paraná. Assim, o Programa Bom Negócio Paraná se mostra cada vez mais amigo dos empreendedores e companheiro daqueles que desejam iniciar seu negócio, mas que não sabem por onde começar. Encontram, portanto, junto ao Programa Bom Negócio, um amparo através do ensino e da capacitação para que possam, sem dúvidas, se tornarem donos de empreendimentos capazes de contribuir para o desenvolvimento local. O Programa de capacitação empresarial Bom Negócio Paraná foi instituído na Universidade Estadual do Norte do Paraná - Campus Cornélio Procópio no ano de 2012, em parceria com o Governo do Estado. Tem por finalidade levar informação e conhecimento através de um curso de pequena duração certificado pela Secretaria de Estudo Ciência Tecnologia e Ensino Superior.

Tal curso é ofertado por meio de 66 horas de capacitação, incluindo aula inaugural, e encerramento. Um dos grandes fatores que permite que o projeto se estenda por longos anos é a parceria com o Fomento Paraná. Esta parceria permite que, ao final do curso, o aluno receba uma declaração de conclusão, a qual possibilita o acesso rápido ao crédito por meio de um agente do fomento.

Os alunos participantes conseguem uma taxa privilegiada mediante a declaração de conclusão do curso, pois se entende que ao final do curso, o aluno está apto à iniciar um empreendimento, aplicando os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, minimizando assim eventuais riscos ou fracasso profissional. A área de atuação da do Bom Negócio Paraná na UENP, é conhecida como o Norte Pioneiro, totalizando 46 cidades. Porém, há duas cidades que ficam de fora da região de abrangência da UENP, são elas: São José da Boa Vista, e Curiúva, totalizando assim 44 cidades dentro do espaço de abrangência da universidade.

Metodologia

No que diz respeito ao procedimento utilizado, classifica-se a pesquisa como estudo de caso que conforme Gil (2008), refere-se a uma pesquisa exaustiva e aprofundada com um ou mais objetos, que permite uma ampla e detalhada pesquisa sobre a organização estudada que se trata do projeto Bom Negócio Paraná. A diferença principal dos trabalhos com característica de estudo de caso e outras possibilidades de pesquisa é o foco de atenção do pesquisador que busca a "compreensão de um particular caso, em sua idiossincrasia, em sua complexidade" (STAKE, 1994, p.256).

Resultados

Os resultados abaixo correspondem às informações obtidas através do banco de dados do projeto no período de 2012 a 2016, onde buscou-se analisar o resultado de inscritos, concluintes e empresas atendidas, a satisfação dos alunos levando em consideração cada módulo e por fim a expectativa em relação a conclusão do curso.

A tabela abaixo apresenta dados relevantes da atuação do Programa de capacitação empresarial Bom Negócio Paraná desde seu início em 2012 até o ano de 2016.

Tabela 1: Resultados do projeto de 2012 a 2016

Inscritos	Concluintes	Empresas
2698	1718	1257

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

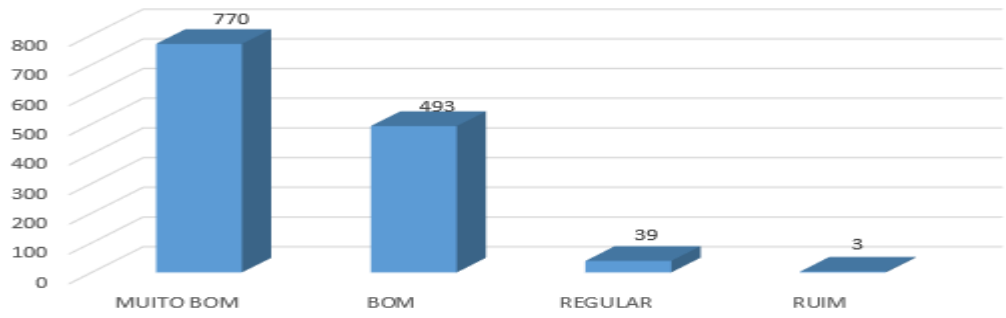
Olhando por uma linha de progressão, a tabela mostra a relação de inscritos, de concluintes e de quantas empresas participaram do projeto. Fazendo uma comparação com o número de inscritos e o número de concluintes, possível constatar que houve uma desistência de 980 pessoas, a qual presumivelmente deu-se por falta nos módulos do curso, pelo não comprometimento com a rotina de estudos ou até mesmo por ausência de participação, ainda que efetivada a inscrição.

O número de participantes que possuem empresas formalizadas é expressivo comparado ao total de concluintes, restando somente 461 alunos que não são empresários, ou são empreendedores informais. Do ano de 2012 a 2016 foram atendidas 19 das 44 cidades de abrangência, tendo um total de 54 turmas concluídas e certificadas pelo Bom Negócio Paraná. Para o projeto, os números são surpreendentes, pois mostram a disseminação do conhecimento sobre o empreendedorismo e gestão em cidades diversas do estado, respondendo sempre ao objetivo do curso que é o desenvolvimento local, através da capacitação e consultorias à empreendedores ou futuros empreendedores, com vistas a geração de renda e criação de empregos, incentivando sempre a criação e formalização de novas empresas.

Após o início do curso, os alunos são submetidos a um questionário chamado Pré-Curso, o qual contém perguntas direcionadas à obtenção de informações relevantes como, por exemplo: Grau de Escolaridade e anterior participação em curso de capacitação. Essas informações mostram aos professores o perfil dos alunos e também qual a expectativa deles com relação ao curso. Ao final, os alunos recebem um novo questionário de cunho avaliativo. O principal objetivo deste último questionário é saber se o conteúdo ministrado no decorrer do curso foi claro e compreensível, se a didática adotada pelos professores foi coerente e se houve satisfação por parte dos alunos com os módulos e com o curso em geral.

Os gráficos abaixo mostram o resultado de dois itens que são instrumentos de avaliação dos pós-cursos respondidos desde o início do ano de 2012 até o final do ano de 2016, tendo assim um total de 1305 questionários respondidos.

Gráfico 1: Satisfação com os módulos



Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

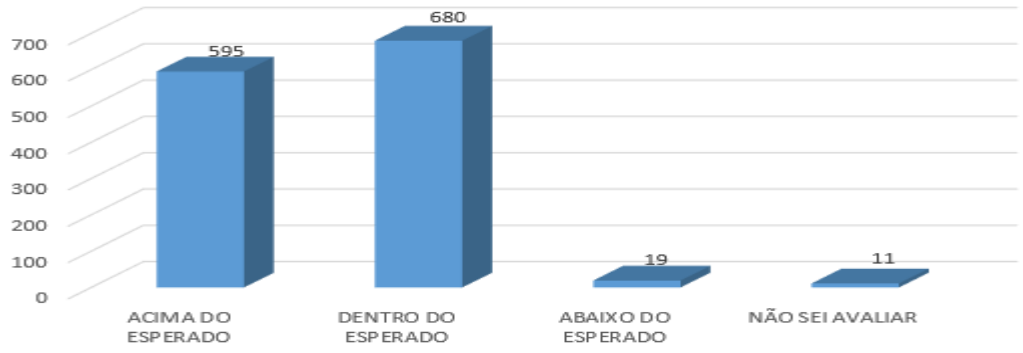
Os conteúdos ministrados em sala de aula seguem uma apostila disponibilizada pelo Governo do Estado do Paraná, que traz consigo os cinco módulos do curso. São eles: Gestão de Negócios, Gestão Financeira, Gestão Comercial, Gestão de Pessoas, e Gestão Estratégica. O gráfico apresentado acima mostra o grau de satisfação dos alunos com relação aos cinco módulos do curso. Os módulos seguem como base a apostila, porém os professores têm liberdade para acrescentarem mais conteúdos desde que sejam pertinentes aos módulos e coerentes com o objetivo do curso.

O elevado índice de satisfação com os módulos é resultado de um trabalho constante dos professores, que buscam no final de cada curso, aprimorar suas aulas e seu material didático. Os professores se baseiam, para tanto, nas respostas dos questionários pós curso de cada turma. O aperfeiçoamento das aulas é constante, pois a cada turma concluída surgem novas ideias, sugestões dos próprios alunos e orientação dos professores coordenadores. Por fim se conclui que o conteúdo base

auxilia no suporte para que novos assuntos sejam inseridos com a finalidade de contribuir para a melhoria constante do curso.

Abaixo está o gráfico que representa os dados retirados dos questionários pós curso, trazendo a informação de avaliação geral dos 1305 alunos concluintes que responderam o questionário dentre os anos de 2012 e 2016.

Gráfico 2: Satisfação com o curso



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

O gráfico apresenta dados relevantes para a pesquisa, mostrando que o curso de capacitação está sendo avaliado em sua maioria dentro do esperado, e acima do esperado. Sendo assim, pode-se concluir que os objetivos do curso estão sendo atendidos e também atendendo as expectativas dos alunos. Deve-se considerar também, o fato de que cada ano abre um novo edital, e a equipe de trabalho pode ser renovada, isso mostra de forma clara que as aulas seguem um padrão de ensino, porém sofrem mudanças relativas à troca de professores.

Desta forma, o Programa de capacitação empresarial Bom Negócio Paraná vem contribuindo assiduamente para o desenvolvimento econômico das pequenas cidades do norte pioneiro do estado e

disseminando o conceito de sustentabilidade econômica. O resultado claro da pesquisa inquestionavelmente foi satisfatório, provando o real comprometimento das equipes de trabalho que ao longo do tempo fizeram parte do Projeto.

Posto isso, o Bom Negócio Paraná, vem se tornando cada vez mais um dos melhores projetos contemporâneos. Assim, o ensino do empreendedorismo difundido pelo programa de capacitação, através dos cursos ministrados na área de abrangência selecionada pelo governo do estado, traz a vista, um horizonte de sucesso e crescimento, proporcionando uma orientação adequada para a criação e a gestão de uma empresa, bem como a conscientização da gestão empreendedora de sucesso que produz resultados estratégicos a fim de promover e melhorar o atual cenário do município capacitado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve o propósito de analisar e descrever os resultados obtidos sobre o ensino do empreendedorismo realizado pelo programa Bom Negócio Paraná. Com a pesquisa foi possível identificar que o programa já capacitou 1718 pessoas dentre elas 1257 empresas, fator esse de muita relevância visto que esses empreendedores capacitados poderão colocar em prática tudo o que foi aprendido acerca da gestão empresarial e empreendedorismo, aumentando assim as chances de sucesso de seus negócios. Outro fator relevante é o índice de desistência do curso, visto que dos 2698 inscritos no decorrer desses quatro anos houve uma desistência de 980 pessoas, um número bem considerável. Esse índice provavelmente decorre da falta de interesse em aprender coisas novas ou até por achar que a teoria não auxiliará no sucesso de seu empreendimento, a falta de motivação e de empenho também são notadas na população atendida.

A avaliação das pessoas que concluem o curso é satisfatória, principalmente em relação aos módulos que corresponde ao grau mais elevado de satisfação, isso é uma resposta favorável ao conteúdo tanto da apostila quanto das aulas ministradas que agregam assuntos de suma importância para os participantes. O resultado quanto à expectativa do curso também é positivo, contudo deve-se trabalhar sempre objetivando melhoras e aprimoramentos. E para esse aperfeiçoamento podem ser aplicados questionários com a intenção de saber dos participantes, o que gostariam que o curso abordasse, a fim de aumentar ainda mais o índice de satisfação em relação o grau de expetativa do curso que hoje está dentro do esperado.

Com isso uma proposta de pesquisa futura é identificar o porquê a satisfação com os módulos tem a maior avaliação e a expectativa com o curso é dentro do esperado. Outro fator a ser estudado com mais profundidade o porquê das desistências visto que as causas não são possíveis ser afirmadas sem um estudo mais aprofundado. Os objetivos dessa pesquisa foram atingidos visto que foi possível apresentar os resultados do programa. Não tiveram barreiras para a realização desse trabalho.

Referências

BERNARDES, M. E. B; MARTINELLI, D. P. **Programa de empreendedorismo em instituições de ensino superior: reflexões a partir de algumas experiências canadenses e americanas.** In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 3, 2003, Brasília. Anais... Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 1-13

BOTTAN, Lidiane; LIMA, Patricia Padilha. **Empreendedorismo & Governança Corporativa** (EGC): **Perfil microempreendedor individual**. XXIII ENANGRAD. Bento Gonçaves, 2012.

BUENO, Ana Maria; LEITE, Magda L. G.; PILATTI, Luiz Alberto. **Empreendedorismo e comportamento empreendedor: como transformar gestores em profissionais empreendedores.**

In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXIV. **ENEGEP.** Florianopolis: Abepro, 2004.

DELLA GIUSTINA, Ana Paula. **O ensino e a produção científica em empreendedorismo nos programas de pós-graduação da região sul do Brasil. 2005. 190f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas,** Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor.** São Paulo: Cultura, 1999a.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Transformando ideias em negócios**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DRUCKER, Peter. F. **O Gerente Eficaz**. Editora Zahar, São Paulo, 1974.

DUARTE, Ednei Magela. **O empreendedorismo nas micros e pequenas empresas:** um estudo aplicado à cidade de Para de Minas-MG. 2013. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Fundação Cultural Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2013.

FILION, L. J. **Visão e relações: elementos para meta modelo empreendedor. Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v.33, n.6, p.50-61, nov/dez. 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Fabiana Morais. **Empreendedorismo: Teoria e Prática**. Revista Online IPOG Especialize, Maio de 2012.

SECRETARIA DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, (2017) disponível em<www.seti.pr.gov.br> Acesso em 10 de junho de 2017

SELA, Vilma Meurer; SELA, Francis Ernesto Ramos; FRANZINI, QUAGLIA Daniela**. Ensino do Empreendedorismo na Educação Básica, voltado para o Desenvolvimento Econômico e Social**

Sustentável: Um Estudo Sobre a Metodologia "Pedagogia Empreendedora" de Fernando Dolabela. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30, 2006, Salvador. **Artigo.** Salvador: Anpad, 2006. p. 01 - 12.

STAKE, R.E. **Handbook of qualitative research.** London: Sage, 1994.

SOUZA, Dayanne Marlene de. **Os principais benefícios proporcionados ao trabalhador informal para formalização através do microempreendedor individual.** 2010. 79 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciência S Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianopolis, 2010.

TIMMONS, Jeffrey. ***New Venture Creation: Entrepreneurship for the 21st Century*, 4a. Edição,** 1990

VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio; MELATTI, Gerson Antônio; RIBEIRO, Paula Regina. **O ensino de empreendedorismo nos cursos de graduação em administração: Um estudo comparativo entre as universidades estaduais de Londrina e Maringá. Revista Adm Ufsm,** Santa Maria, v. 4, n. 1, p.288-301, 14 jul. 2011.

POSSÍVEIS LACUNAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Maria Aldinete de Almeida Reinaldi[1]

Annecy Tojeiro Giordani[2]

Resumo

O curso de Graduação em administração engloba várias áreas do conhecimento, devendo essa formação estar associada a características que possibilitam o desenvolvimento de habilidades e competências específicas. Isso proporciona ao egresso um amplo campo de atuação profissional e maiores oportunidades no mercado de trabalho, podendo atuar na gestão de empresas, na área financeira, de recursos humanos, logística, marketing, produção e também no empreendedorismo. Entretanto, muitos desses egressos escolhem atuar na carreira docente na área de Administração. Este estudo visa investigar como se dá a formação do administrador para a carreira docente na área de Administração e identificar se há e quais as lacunas nesse processo de formação. Trata-se de uma Revisão Sistemática da Literatura, com busca de dissertações e teses disponibilizadas no período de 2012 a 2016, no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na área de avaliação Administração/Ciências Contábeis/Turismo. Os dados obtidos foram analisados em consonância com a Análise Textual Discursiva. Foram encontrados 2.437 trabalhos, mas uma tese e cinco dissertações selecionadas, ou seja, somente seis pesquisas. Os resultados apontam escassez de publicações sobre a formação docente do professor de Administração e sugerem a necessidade de repensar este importante processo no âmbito da educação formal visando melhor preparo do profissional administrador para o ensino.

Palavras-chave: Formação docente; Administração; revisão sistemática da literatura.

1. Introdução

O curso de Graduação em Administração proporciona ao aluno, formação para buscar oportunidades no mercado de trabalho como: atuar nas áreas administrativa, comercial, financeira,

[1]Contadora. Professora de Administração. Mestranda. Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino-Universidade Estadual do Norte do Paraná, Unidade Centro da UENP, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil. mariaaldinete@hotmail.com.
[2] Enfermeira. Doutora. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus Luiz Meneghel, Bandeirantes, Paraná, Brasil. annecy@uenp.edu.br.

recursos humanos, logística, marketing e produção. Além disso, influi nas suas relações cotidianas, o que lhe possibilita desenvolver habilidades e competências em diversas áreas do conhecimento, de modo a melhorar e aprimorar sua capacidade de tomar decisões, ter organização, planejamento, iniciativa, autoconfiança, desenvolver seu espírito empreendedor e a habilidade para lidar com diversas situações práticas do ambiente empresarial (SOARES et al., 2015).

As características relacionadas acima trazem a preocupação com a formação docente nas instituições de ensino superior, frente ao perfil desejado para o egresso. Este perfil é estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Administração, que determinam como essencial:

> [...] a capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador. (BRASIL, 2005, p.02).

Com relação ao ensino de Administração, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 em seu artigo 52, inciso II, exige uma formação do profissional que atuará como professor de administração que seja adquirida prioritariamente em Programas de Mestrado e Doutorado (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, o estudo de Vieira (2014) destaca que os programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, na sua maioria, privilegia a formação do pesquisador em detrimento da formação do professor.

Para Torres (2010), a implementação das políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC) reconhece a necessidade de formação de administradores com competência e conhecimento específico para a docência e a pesquisa, embora ainda sejam restritas as iniciativas para a formação dos professores em programas de mestrados acadêmicos, em especial, nas universidades públicas. O autor aponta brechas que relativizam o padrão de exigência de qualificação específica do corpo docente para cada área de atuação, considerando a LDB (1996), em seu artigo 66, o qual indica que 1/3 do

corpo docente de cada curso das Instituições de Ensino Superior (IES) deve ser composto por mestres e doutores, ao passo que, o Parecer MEC/CNE/CES nº 1.070 de 1999 estabelece a exigência destes títulos acadêmicos para somente 1/3 do corpo docente total das IES.

Estudo defende que para lecionar no ensino médio ou técnico, o profissional de administração precisa ser apenas graduado, ou seja, ter o título de bacharel, licenciatura ou tecnólogo. Considera ainda que, nem sempre a formação em nível de Graduação garante o bom exercício docente. Entretanto, o administrador, ao concluir a Graduação nessa área do conhecimento, não pode ser considerado docente, ele é antes de tudo administrador. Para o autor, ter experiências profissionais é considerável, porém não é tudo, para lecionar é necessário saber lidar com todas as situações dentro da sala de aula, o que requer domínio da didática, de processos de ensino e aprendizagem e de avaliação (SOARES et al., 2015).

Torres (2010), aponta que apesar do aumento da titulação dos administradores professores nos últimos anos, das ações dos órgãos públicos e das pesquisas da área, a formação do administrador para a docência pode estar ainda adstrita à sua prática gerencial, ao investimento pessoal em uma especialização e à pressuposição do senso comum que o desempenho em sala de aula é resultado de uma habilidade inata (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2004).

Nesse sentido, as aulas estariam no campo das transferências de saberes práticos que se embasam em teorias formuladas, sobretudo nas universidades e empresas americanas e europeias (CHIAVENATTO, 2006).

Oliveira e Souerbronn (2007) ressaltam a premente necessidade de novas estratégias de ensino e a preparação do administrador professor para enfrentar os desafios que se apresentam, visando à melhoria do ensino de Administração.

Já, estudo de Gomes (2007) faz as seguintes indagações:

> [...] Será que os professores dos cursos de Administração, enquanto pessoas participantes de uma organização – as IES em que atuam- fazem uma reflexão

> sistemática sobre suas práticas? Será que eles se preocupam em adequá-las às novas necessidades sociais? Ou será que, como produtos acabados do processo que os formaram, repetem os mesmos rituais pedagógicos que vivenciaram?

O autor conclui que em poucas situações são localizadas rupturas e inovações. Talvez isso ocorra, pois para o professor, reconstruir a prática pedagógica tem sido uma das suas maiores dificuldades (GOMES, 2007, p. 19).

Com relação à formação de professores, a ideia de base das reformas que vêm sendo realizadas em muitos países nos últimos dez anos, aponta para uma grande necessidade de repensar a formação para o magistério, levando em conta os saberes dos professores e as realidades específicas do seu trabalho. É necessário encontrar nos cursos de formação de professores uma nova articulação e um novo equilíbrio entre os conhecimentos produzidos pelas universidades a respeito do ensino e os saberes desenvolvidos pelos professores em suas práticas cotidianas (TARDIF, 2010). Ainda, de acordo este autor (2014, p.114), "Os sistemas escolares vêm-se hoje diante de exigências, expectativas e desafios sem precedentes e é no pessoal escolar e, mais especificamente nos professores, que essa situação crítica repercute com mais força".

Ao se levar em conta tais considerações, este estudo visa investigar como se dá a formação do administrador para a carreira docente na área de Administração e identificar se há e quais as lacunas nesse processo de formação.

Para isso foi organizada uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) dos trabalhos publicados no banco de teses e dissertações da CAPES, tendo como intervalo de tempo os anos de 2012 a 2016, seguido da quantificação e análise dos trabalhos consonantes com a formação docente em Administração.

2. Procedimentos Metodológicos

Para esta pesquisa de cunho qualitativo, optou-se pela Revisão Sistemática de Literatura (KITCHENHAM, 2004), entendida como uma maneira de identificar, avaliar e interpretar todas as pesquisas relevantes para responder a um foco de pesquisa específica, porém, metodologicamente rigorosa, confiável e que permita auditoria. O processo compreende três etapas, a serem: *1.* Planejamento da revisão, *2.* Execução e *3.* Análise dos resultados.

Para o planejamento e desenvolvimento deste estudo, formularam-se as seguintes questões norteadoras: "Na graduação em Administração o aluno é preparado para o exercício da docência?" e "Existem e quais seriam as lacunas no processo de formação docente na área de Administração?".

Para contemplar as questões norteadoras desta pesquisa, foram considerados os seguintes critérios de inclusão: *1.* Busca de pesquisas no banco de Teses e Dissertações da CAPES utilizando-se as palavras "Formação docente Administração"; *2.* Utilização do comando "Refinar meus resultados" para incluir o período de busca de 2012 a 2016, área de Avaliação "Administração/Ciências Contábeis/Turismo" e área de Conhecimento "Administração"; *3.* Leitura dos títulos das pesquisas encontradas para identificação das palavras "Docência em Administração" e "Professores" e, a seguir, seleção das pesquisas afinizadas com a formação e as práticas docentes do professor de Administração para então, sua leitura na íntegra.

A busca das dissertações e teses foi realizada em maio de 2017. A síntese dos resultados e as categorizações são apresentadas em Quadros, sendo que, a organização e categorização dos dados produzidos, ocorreram com base nos princípios da Análise Textual Discursiva (ATD) que, segundo Moraes e Galiazzi (2006),

> é descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado tornando-se mais do que um conjunto de procedimentos definidos. Dessa maneira, constitui-se em metodologia aberta, caminho

> para um pensamento investigativo, processo de colocar-se no movimento das verdades, participando de sua reconstrução (p. 114).

3. Resultados

Este estudo faz um mapeamento das produções que contemplam a questão norteadora desta pesquisa, sendo que os dados pesquisados emergiram do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando as palavras-chave "Formação Docente Administração", o que resultou em 187.549 trabalhos.

A utilização do comando "Refinar meus resultados" para incluir o período de busca (2012 a 2016) e a área de Avaliação "Administração/Ciências Contábeis/Turismo", resultou em 2.524 trabalhos. Novamente, o mesmo comando foi utilizado para selecionar a área de Conhecimento "Administração", tendo como resultado 2.437 trabalhos, todos da grande área de conhecimento "Ciências Sociais Aplicadas" e do ano 2012.

A seguir, foi realizada leitura minuciosa e análise detalhada de cada título dos trabalhos para identificação daqueles com as palavras-chave "Docência em Administração e formação de professores", para então, iniciar o processo de exclusão. Consequentemente, foi possível identificar e resgatar os trabalhos que tratavam da temática, para posterior leitura e análise com atenção especial ao resumo, quando no título não havia clareza de alinhamento com o tema pesquisado. Também foram eliminados da análise, os trabalhos que não faziam uso de uma ou mais palavras-chave.

Sendo assim, a utilização dos critérios relacionados neste estudo, resultou em um total de seis (6) pesquisas de Pós-Graduação *stricto sensu*, sendo 5 (cinco) dissertações de Mestrado e 1 (uma) tese de Doutorado. O quadro abaixo apresenta uma síntese das pesquisas selecionadas.

Quadro 1 – Síntese dos trabalhos selecionados sobre formação docente em Administração, segundo o título, autor, tipo, ano, programa/IES e área de conhecimento.

	Título	Autor (a)	Tipo	Ano	Programa/IES	Área de conhecimento
1	Da formação à Docência: um estudo em IES mineiras	Raimundo Cassio Valdisser	Dissertação	2012	Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Uberlândia	Administração
2	Formação acadêmica e prática profissional: congruências e divergências.	Gustavo Carvalhal Santos	Dissertação	2012	Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças de Vitória.	Administração
3	Gestão eficiente em sala de aula: seis estudos em ciências sociais aplicadas	Waldemar Hazoff Júnior	Tese	2012	Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de São Paulo	Administração
4	Competências Profissionais do professor do ensino superior para lecionar Administração, pós-graduação lato sensu, na EAD on line: um estudo em IES da Região Metropolitana do Recife.	Rita de Cassia Braga de Melo	Dissertação	2012	Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco	Administração
5	A constituição e formação do sujeito administrador.	Eveline de Oliveira Gomes	Dissertação	2012	Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá	Administração
6	Estratégias de professores frente ao sofrimento no trabalho: um estudo em uma IES no Estado de Minas Gerais	Ghisele Baeta Frota	Dissertação	2012	Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Administração

Fonte: Os autores.

Os trabalhos encontrados foram agrupados em 3 categorias, seguindo os princípios da ATD, tendo-se chegado a três categorias: *1.* Concepções docentes sobre o ensino; *2.* Processos formativos de profissionais da Administração e *3.* Educação em Administração e conhecimentos pedagógicos. Após o processo de categorização, os dados foram descritos e interpretados, em forma de metatexto, conforme nominam Moraes e Galiazzi (2014).

A primeira categoria - **Concepções docentes sobre o ensino** (Quadro 2), reúne dissertações sobre processos de ensino e sob a perspectiva de docentes de Administração.

Quadro 2 – Primeira categoria da revisão

CATEGORIA 1 - Concepções docentes sobre o ensino

- **Gestão eficiente em sala de aula: seis estudos em ciências sociais aplicadas**
  Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade de São Paulo.
- **Estratégias de Professores frente ao sofrimento no trabalho: um estudo em uma IES no Estado de Minas Gerais**
  Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Fonte: Os autores.

A segunda categoria – **Processos formativos de profissionais da Administração** (Quadro 3), concentram as dissertações que abordam a formação de professores de Administração.

Quadro 3 – Segunda categoria da revisão

CATEGORIA 2 - Processos formativos de profissionais da Administração

- **Formação Acadêmica e Prática Profissional: Congruências e Divergências.**
  Programa de Pós Graduação em Administração da Fundação Instituto Capixaba de Pesq. Em Contabilidade Economia e Finanças de Vitória.
- **A Constituição e Formação do sujeito Administrador.**
  Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá

Fonte: Os autores

A terceira categoria – **Educação em administração e conhecimentos pedagógicos** (Quadro 4), reúne as dissertações que tratam da educação em Administração e as práticas pedagógicas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem desta área de conhecimento.

Quadro 4 – Terceira categoria da revisão

CATEGORIA 3- Educação em Administração e conhecimentos pedagógicos

- **Da formação à Docência um estudo em IES mineira**
  Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal de Uberlândia.
- **Competências Profissionais do professor do ensino superior para lecionar Administração, Pós-Graduação lato sensu, na EAD on line: um estudo em IES da Região Metropolitana do Recife.**
  Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco-Recife.

Fonte: os autores

Metatexto – síntese dos dados categorizados

Na categoria 1 - **Concepções docentes sobre o ensino** estão uma dissertação e uma tese, por apresentarem em seus títulos palavras relacionadas ao trabalho docente, ao processo de ensino e à prática pedagógica no ensino de Administração. Estas duas pesquisas abordam questões como as exigências decorrentes das transformações no mundo do trabalho e as estratégias utilizadas por professores em sala de aula para estimular e catalisar o interesse dos estudantes e seu envolvimento para sua melhor formação profissional. Destacam também, o papel da didática para a formação docente do administrador nas atividades de ensinar e aprender, além de buscar a compreensão dos docentes sobre sua prática, valorizando a formação pedagógica para docentes do Ensino Superior.

Na categoria 2 - **Processos formativos de profissionais da Administração** estão contempladas duas dissertações que objetivam compreender como o processo de formação acadêmica do profissional em Administração, contribui para o seu desenvolvimento e atuação no mercado de trabalho atual. Trazem à discussão, sobre saberes, habilidades e competências que os administradores devem adquirir, bem como, a sistematização do ensino e a constituição de um campo de conhecimento. Concluem, por fim, que o conhecimento teórico é fundamental para os administradores, mas há falta de conhecimentos práticos que dê suporte e maior confiança as suas decisões.

Já, na categoria 3 - **Educação em Administração e conhecimentos pedagógicos** se enquadram duas dissertações, sendo que, ambas discutem a necessidade que os professores têm de se capacitar para aquisição e utilização adequadas das competências necessárias ao trabalho docente. Entre os objetivos da primeira dissertação está analisar as experiências de aprendizagens desenvolvidas nos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* e a existência de capacitação pedagógica para os preceptores na área da Administração. Por sua vez, a segunda dissertação, objetivou identificar quais as competências profissionais do professor de Ensino Superior para lecionar Administração na Pós-Graduação *stricto sensu* por meio do Ensino a Distância (EAD), portanto, *online* e em Instituições de Ensino Superior (IES).

4. Considerações Finais

Primeiramente, foi possível identificar carência de dissertações e teses com foco na temática central deste estudo, ou seja, a formação docente do professor de Administração.

No geral, os resultados indicam que o processo de formação do administrador precisa, além de contribuir para o desenvolvimento de competências necessárias à atuação profissional administrativa, também precisa priorizar os conhecimentos e habilidades exigidas do profissional que atuará no ensino de Administração. Isto corrobora o fato de que os Cursos de Graduação em Administração no Brasil, não têm efetividade ou pouco contribuem com os egressos quanto à formação para docência, resultando em seu despreparo para atuar no ensino.

Esta problemática mostrou-se evidente, com o estabelecimento das categorias elencadas e sua relação com o referencial teórico apresentado. Assim, surgiram indícios de que muitos administradores professores em Cursos de Graduação em Administração, não têm formação pedagógica para trabalharem no ensino. Possivelmente, muitos docentes de Cursos Técnicos de Administração, vivenciem a mesma realidade.

Depreende-se haver necessidade de maior reflexão e pesquisas sobre esta temática, assim como, seleção cuidadosa de recursos/produtos educacionais, métodos e estratégias para utilização por administradores/professores em sala de aula. O mesmo em relação, a sistematização do ensino para que se revisem critérios, treine e sensibilize futuros professores, valorizando um novo perfil exigido.

Por fim, espera-se que este estudo introdutório tenha contribuído para a compreensão da problemática apresentada, com vistas a realização de novas pesquisas direcionadas a melhoria da prática pedagógica do professor de Administração e, também, a melhoria de sua formação, o aperfeiçoamento de sua atuação em sala de aula, e consequentemente, a melhoria da qualidade do ensino de Administração.

5. Referências

BRASIL**, Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –CAPES**. Disponível em http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/ Acesso em: 11 mai. 2017.

_____, **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Administração.** Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 4 de 13 de julho de 2005:Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf Acesso em: 11 mai.2017.

_____, **Critérios para autorização e reconhecimento de cursos de Instituições de Ensino Superior**. Parecer do Conselho Nacional da Educação nº 1070 de 1999: Ministério da Educação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pces1070_99.pdf Acesso em: 11 mai. 2017.

CHIAVENATTO, I. **Teoria Geral da Administração.** São Paulo: Elsevier Campos, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Pesquisa Nacional sobre o Perfil do Administrador**. Brasília: FEA-USP, 1994.

FROTA, G.B; **Estratégias de Professores frente ao sofrimento no trabalho**: um estudo em uma IES no Estado de Minas Gerais. 2012.185f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2012.

GOMES, D. F. M. **A prática pedagógica do professor de Administração**: um estudo por meio da Metodologia da Problematização. 2007. 218f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

GOMES, E.O; **A Constituição e Formação do sujeito Administrador**. 2012.179f. Dissretação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Maringa, Maringa 2012.

HAZOFF, W.J; **Gestão eficiênte em sala de aula**: seis estudos em ciências sociais aplicadas. 2012.167f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo. São Paulo 2012.

KITCHENHAM. B. **Procedures for Performing Systematic Reviews.** Keele UK Keele University- Publisher: Citesser, 33(TR/SE-0401), 28, 2004.

MELO, R.C.B**; Competências Profissionais do professor do ensino superior para lecionar Administração, pós Graduação lato sensu, na EAD on line**: um estudo em IES da Região Metropolitana do Recife. 2012. 181f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2012.

MORAES, R; GALIAZZI, M, C. **Análise textual discursiva**. 2ª Edição, UNIJUÍ: 2014.

OLIVEIRA, F. B. de; SAUERBRONN, F. F. Trajetória, desafios e tendências no ensino superior de administração e administração pública no Brasil: uma breve contribuição**. Revista de Administração Pública**, Ed. especial comemorativa, 2007, p. 149-170.

SANTOS, G.C; **Formação acadêmica e prática profissional**: congruências e divergências. 2012 . 49f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Instituto Capixaba de Pesq. Em Contabilidade, Economia e Finanças. Vitória, 2012.

SOARES, C.G. S; SANTOS, G; GREÓRIO, S.A; BONFIN, E.L. S; VASCONCELOS, C.C. Formação pedagógica para que o administrador atue em carreira docente. **E-FACEQ: revista dos discentes da Faculdade Eça de Queiroz**, ISSN 2238-8605, v. 4, n. 5, mai. 2015.

TORRES, V. A. **Trabalho e formação docente em tempos globais e a constituição de administradores professores.**2010**.** 179f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba. Uberaba, 2010.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
_____. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VALDISSER, R.C; **Da formação á Docência**: um estudo em IES mineiras. 2012. 163f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2012.

VIEIRA, A. R; **A formação de professores para o ensino de Administração baseado em competências:** possibilidades e desafios. 2014. 362p. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia , Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Ribeirão Preto.2014.